

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E  
DIREITOS HUMANOS**

LUCIANE CAVALCANTE LOPES

**A eficácia dos programas de governo da área de segurança pública no  
Amazonas: uma análise a partir das metas estabelecidas no Plano  
Plurianual**

Manaus  
2020

LUCIANE CAVALCANTE LOPES

**A eficácia dos programas de governo da área de segurança pública no Amazonas: uma análise a partir das metas estabelecidas no Plano Plurianual**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib.

Manaus  
2020

LUCIANE CAVALCANTE LOPES

A eficácia dos programas de governo da área de segurança pública no Amazonas: uma análise a partir das metas estabelecidas no Plano Plurianual

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 17 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib, Presidente.  
Universidade do Estado do Amazonas

---

Prof. Dr. Leonardo Naves dos Reis, Membro.  
Universidade do Estado do Amazonas

---

Prof. Dr. Paulo César Diniz Araújo, Membro.  
Universidade do Estado do Amazonas

Ao meus pais, Maria Aparecida e Deusdélío, aos meus irmãos Luana e Leonardo, aos meus sobrinhos Letícia, Leonardo Filho e Guilherme, por toda torcida, amor e carinho, que alegam meu coração e me fortalecem.

Ao meu marido Alessandro, por todo amor e incentivo que foram determinantes para esta e outras realizações.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por todas as bênçãos em minha vida.

É bem verdade que há alguns anos eu não imaginava que faria um mestrado profissional. Sempre soube o quão desafiador poderia ser passar por uma experiência assim. Mas, um belo dia, decidi sair da zona de conforto e, com toda certeza, saí mesmo. Não foi fácil, mas no caminho pude contar com pessoas que sempre estiveram por perto dando sentindo a tudo o que eu me proponho a fazer. Também chegaram pessoas novas para agregar nessa jornada. A todas, eu realmente preciso agradecer.

À minha mãe, Maria Aparecida, em especial, por todo amor e cuidado dedicados a mim, ao meu pai, aos meus irmãos e aos seus netos. Mãe, sua força é a base que sustenta a nossa família e a minha inspiração para seguir em frente, sempre. Obrigada por absolutamente tudo! Sei que sem a senhora nada disso seria possível.

Ao meu marido, Alessandro, a quem eu devo tantos sonhos realizados e, sem sombra de dúvidas, esta conquista. Amor, obrigada por todo companheirismo, incentivo e apoio... por acreditar em mim mais do que eu mesma... por não medir esforços para me ajudar e, principalmente, por me fazer feliz. Obrigada por esclarecer tantas dúvidas e por tantas contribuições que foram valiosas para a conclusão deste trabalho. Eu verdadeiramente sou sortuda por ter em você um marido carinhoso, um amigo dedicado e um professor da melhor qualidade. Você deixou o fardo mais leve. Obrigada por tudo. Te amo, como sempre!

Ao meu pai, Deusdélío, por todo apoio e incentivo. Pai, gratidão sem tamanho é o que eu sinto pela sua vida, saúde e pelo privilégio de dividir mais esse momento com o senhor.

À minha irmã, Luana, com quem desde sempre dividi momentos marcantes e com quem compartilho mais essa vitória. Mana, sou grata pela tua amizade, carinho e bom-humor que fazem os meus dias melhores. Eu tenho muito orgulho da grande mulher que você se tornou: mãe carinhosa, profissional dedicada e um belo exemplo para a sua filha, nossa Lêlê.

Ao meu irmão, Leonardo, que ao iniciar sua jornada acadêmica despertou em mim o interesse pelos caminhos que me permitiram chegar a esse momento. Mano, seu bom exemplo, no começo de tudo, fez a diferença.

À minha sobrinha e filha do coração, Letícia, por quem eu tenho um amor inestimável. Minha princesa, desde que você chegou nossas vidas mudaram para melhor. O tempo voou e ao ver você em preparação para as primeiras provas de vestibular, me encho de orgulho e felicidade. Isso também foi combustível para essa caminhada.

Aos meus sobrinhos queridos, Leonardo Filho e Guilherme, por todo carinho e ternura, que enchem as nossas vidas de amor e sorrisos.

À minha avó, Maria Paulina (*in memoriam*), sempre carinhosa e torcedora da minha felicidade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib, por todo auxílio e suporte nos momentos que precisei, desde o início desta pesquisa, quando eu não sabia exatamente que caminho seguir, até a revisão final deste trabalho. Seus esclarecimentos me permitiram caminhar com mais segurança. Obrigada, Mestre.

Às amigas que este mestrado me deu, Joana e Isabella, pelos cafés, resenhas, leituras, debates, reuniões, artigos científicos, seminários e até um Congresso Internacional (respeitem a nossa história, né?). Com vocês essa jornada foi produtiva e divertida, apesar dos momentos de agonia. Nosso trio deu muito certo! Gratidão pela amizade de vocês, meninas, e em especial, pelos frutos abençoados no caminho, Benjamin e Helena.

À Universidade do Estado do Amazonas, por este programa e pela oportunidade.

Aos amigos e amigas que torceram por mim. Não dá para citar todo mundo, mas a energia positiva emanada foi sentida e com certeza de algum modo me ajudou.

A todos que de alguma forma incentivaram e contribuíram, o meu muito obrigada!

## RESUMO

A segurança pública no Amazonas é uma das áreas que mais demandam atenção do Estado e conseqüentemente onde são aplicados expressivos volumes de recursos públicos. Neste sentido, a atuação governamental requer planejamento e o Plano Plurianual (PPA) se apresenta como um dos instrumentos que auxiliam nesta função, haja vista que este contempla os objetivos e metas do governo para um período de quatro anos. Mas, interessa saber quão eficaz tem sido o Estado neste aspecto e se suas metas vem sendo alcançadas nos últimos anos. Deste modo, considerando o conteúdo dos Planos Plurianuais do Governo do Amazonas dos períodos de 2012-2015 e 2016-2019, a presente pesquisa consistiu em analisar o desempenho quanto a eficácia das ações orçamentárias delineadas nestes planos. Por meio de indicadores baseados nas metas físicas (Indicador de Execução Física - IEF) e financeiras (Indicador de Execução de Despesa - IED) definidas para as ações e programas dos planos plurianuais selecionados para estudo e, com o uso de técnicas de estatística descritiva e inferencial foram desenvolvidas as análises dos dados levantados, coletados especialmente a partir dos Relatórios Anuais de Avaliação. Do resultado do Teste de Hipóteses com a média dos indicadores (*Teste T*) não foram identificadas diferenças significativas de desempenho entre os planos analisados. Durante o período de vigência de cada plano foram constatadas mudanças nas ações planejadas que resultaram inclusive na descontinuidade de programas. Quanto a eficácia, grande parte das ações orçamentárias analisadas não alcançaram as metas físicas e financeiras propostas no PPA em sua versão inicial, concomitantemente. Também foi apurado indícios de subdimensionamento de metas que impactaram nos resultados dos indicadores de algumas ações. Ainda foram identificadas ações orçamentárias sem qualquer desembolso realizado no período de vigência dos planos. É importante frisar que a presente pesquisa se limitou a uma análise quantitativa dos dados apurados, não se aprofundando no que se refere a efetividade das ações estudadas e eventuais influências de fatores externos e internos, que podem ser objeto de estudo de pesquisas futuras. Espera-se que a pesquisa contribua para promoção do acompanhamento das ações governamentais, sendo útil para gestores públicos, órgãos de fiscalização e sociedade.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Orçamento Público. Plano Plurianual.

## ABSTRACT

Public security in Amazonas is one of the areas that demand the most attention from the State and, consequently, where significant amounts of public resources are applied. In this sense, government action requires planning and the Multi-Year Plan (PPA) is presented as one of the instruments that assist in this function, given that it contemplates the objectives and goals of the government for a period of four years. However, it is important to know how effective the State has been in this regard and whether its goals have been achieved in recent years. Thus, considering the content of the Government of Amazonas Multi-Year Plans for the periods 2012-2015 and 2016-2019, the present research consisted of analyzing the performance regarding the effectiveness of the budgetary actions outlined in these plans. Through indicators based on physical goals (Physical Goal Indicator - IMF) and financial (Financial Goal Indicator - IMD) defined for the actions and programs of the multi-year plans selected for study and, using descriptive and inferential statistics techniques analyzes of the collected data were developed, collected especially from the Annual Evaluation Reports. From the result of the Hypothesis Testing with the average of the indicators (T Test), no significant differences in performance were identified between the plans analyzed. During the period of effectiveness of each plan, changes in the planned actions were found, which even resulted in the discontinuation of programs. As for effectiveness, most of the budgetary actions analyzed did not reach the physical and financial goals proposed in the PPA in its initial version. There was also evidence of undersizing targets that impacted the results of the indicators of some actions. Budgetary actions were also identified without any disbursements made during the period of effectiveness of the plans. It is important to note that the present research was limited to a quantitative analysis of the data collected, without going into depth regarding the effectiveness of the actions studied and any influences of external and internal factors, which may be the object of future research studies. The research is expected to contribute to promoting the monitoring of government actions, being useful for public managers, supervisory bodies and society.

**Keywords:** Public Security. Public budget. Multi-Year Plan.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Posições relativas dos programas com base no desempenho das ações orçamentárias .....	26
Figura 2 - Posições relativas dos programas do PPA 2012-2015 analisados com base no desempenho das ações orçamentárias.....	57
Figura 3 - Posições relativas dos programas do PPA 2016-2019 analisados com base no desempenho das ações orçamentárias.....	57

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultados dos Testes de Hipótese para IED 2012-2015, IED 2016-2019, IEF 2012-2015 e IEF 2016-2019.....	46
Quadro 2 - Classificação das ações orçamentárias analisadas, de acordo com o desempenho, relativas ao PPA 2012-2015.....	48
Quadro 3 - Classificação das ações orçamentárias analisadas, de acordo com o desempenho, relativas ao PPA 2016-2019.....	51
Quadro 4 - Ações orçamentárias com IED e/ou IEF iguais a 0 (zero), relativas ao PPA 2012-2015.....	54
Quadro 5 - Ações orçamentárias com IED e/ou IEF iguais a 0 (zero), relativas ao PPA 2016-2019.....	55
Quadro 6 - Indicadores IED e IEF dos programas analisados do PPA 2012-2015.....	58
Quadro 7 - Indicadores IED e IEF dos programas analisados do PPA 2016-2019.....	58
Quadro 8 – Referências a ocorrência de subdimensionamento de metas nos Relatórios Anuais de Avaliação do PPA.....	59

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exemplo de Ações Orçamentárias.....	21
Tabela 2 - Programas de Governo registrados no PPA Amazonas 2012-2015 (dotação inicial) selecionados para análise.....	33
Tabela 3 - Programas de Governo registrados no PPA Amazonas 2016-2019 (dotação inicial) selecionados para análise.....	34
Tabela 4 - Estatística descritiva dos indicadores.....	41
Tabela 5 - Métodos de Normalização indicados pelo <i>bestnormalize</i> .....	44

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Programas PPA 2012-2015 (dotação inicial 2012 X Valor revisão do PPA para 2015) .....	36
Gráfico 2 - Valores dos Programas PPA 2016-2019 (dotação inicial 2016 X Somatório dos Valores Programados anualmente conforme Relatórios Anuais de Avaliação) .....	37
Gráfico 3 - Evolução ações orçamentárias PPA 2012-2015 .....	38
Gráfico 4 - Evolução ações orçamentárias PPA 2016-2019 .....	38
Gráfico 5 - Boxplot dos indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2012-2015 .....	41
Gráfico 6 - Boxplot dos indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2016-2019 .....	42
Gráfico 7 - Boxplot dos indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2012-2015, após normalização.....	44
Gráfico 8 - Boxplot dos indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2016-2019, após normalização.....	45
Gráfico 9 - Dispersão dos Indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2012-2015, com destaque para linha de corte.....	47
Gráfico 10 - Dispersão dos Indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2016-2019, com destaque para linha de corte.....	47
Gráfico 11 - Agrupamento das ações orçamentárias do PPA 2012-2015, com base no desempenho apurado.....	56
Gráfico 12 - Agrupamento das ações orçamentárias do PPA 2016-2019, com base no desempenho apurado.....	56

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	14
1.1. O PROBLEMA DE PESQUISA .....	14
1.2. DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	16
1.2.1. Tema .....	16
1.2.2. Delimitação do Tema .....	16
1.3. QUESTÕES NORTEADORAS .....	16
1.4. OBJETIVOS .....	17
1.4.1. Objetivo Geral .....	17
1.4.2. Objetivos Específicos .....	17
1.5. JUSTIFICATIVA.....	17
2. METODOLOGIA.....	19
2.1. DELINEAMENTO DAS VARIÁVEIS DE ANÁLISE .....	21
2.2. INDICADOR DE EXECUÇÃO FÍSICA .....	22
2.3. INDICADOR DE EXECUÇÃO DE DESPESA .....	22
2.4. TRATAMENTO DOS DADOS .....	23
2.5. FERRAMENTA ESTATÍSTICA .....	23
2.6. IDENTIFICAÇÃO DE <i>OUTLIERS</i> .....	23
2.7. ANÁLISE DA NORMALIDADE DOS DADOS .....	24
2.8. NORMALIZAÇÃO DOS DADOS.....	24
2.9. O TESTE DE HIPÓTESE.....	24
2.10. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS..	25
3. REVISÃO DA LITERATURA .....	27
3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
3.2. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	28
3.3. ORÇAMENTO PÚBLICO E O PLANO PLURIANUAL .....	30
3.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO BRASIL .....	31
4. OS PLANOS PLURIANUAIS DO AMAZONAS DE 2012-2015 E 2016-2019 .	33
4.1. DADOS – TRATAMENTO E ANÁLISE .....	33
4.2. APURAÇÃO DOS INDICADORES DE EXECUÇÃO FÍSICA (IEF) E EXECUÇÃO DE DESPESA (IED).....	39
4.3. ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS INDICADORES E ANÁLISE DE <i>OUTLIERS</i> .....	40

4.4. ANALISANDO A NORMALIDADE DOS DADOS.....	43
4.5. NORMALIZAÇÃO DOS DADOS.....	44
4.6. ESTATÍSTICA INFERENCIAL - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DOS PLANOS ANALISADOS E O TESTE T.....	45
4.7. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE ACORDO COM O DESEMPENHO.....	46
5. CONCLUSÕES .....	59
6. REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE A - AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS SELECIONADOS PARA ESTUDO (PPA 2012-2015 E PPA 2016-2019).....	68
APÊNDICE B – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SELECIONADAS PARA APURAÇÃO DOS INDICADORES IED E IEF.....	79
APÊNDICE C – TESTES DE NORMALIDADE DOS INDICADORES IED E IEF..	82
APÊNDICE D – IED E IEF APÓS PROCEDIMENTO DE NORMALIZAÇÃO RECOMENDADO PELO PACOTE ESTATÍSTICO BESTNORMALIZE .....	84

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. O PROBLEMA DE PESQUISA

Os números divulgados no Atlas da Violência de 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum de Segurança Pública, apontam que o Brasil alcançou o maior nível de letalidade violenta intencional já registrada no país até então, ao contabilizar 65.602 (sessenta e cinco mil, seiscentos e dois) casos de homicídios<sup>1</sup> somente no ano de 2017. Diante dos noticiários do cotidiano, esta é só mais uma informação preocupante que nos leva facilmente a conclusão de que a segurança pública é uma das áreas que necessita de especial atenção do poder público na atualidade.

No Amazonas, os números relativos à violência letal também geram grande preocupação. Ainda de acordo com as estatísticas divulgadas pelo IPEA, há uma década o estado amazonense apresentava uma taxa de homicídios inferior à média nacional, no entanto, nos últimos dez anos este índice praticamente dobrou, elevando-se em 95,3%<sup>2</sup>.

Este cenário evidentemente demanda uma atuação governamental eficaz no setor da segurança pública e, notadamente, requer planejamento, bem como, um significativo aporte de recursos financeiros.

Neste sentido, apenas no ano de 2018 o governo do estado do Amazonas fixou em seu orçamento o expressivo montante de R\$ 1.534.597.000,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais), somente para a função segurança pública (AMAZONAS, 2017). É evidente que, a aplicação destes recursos visa o desenvolvimento de ações voltadas por exemplo, para a redução dos índices de criminalidade, assim como outros indicadores negativos relacionados a violência urbana. Mas, o governo amazonense tem sido eficaz neste sentido?

Questões como esta, relacionadas a eficácia das ações de governamentais podem ser respondidas a partir da análise de um dos documentos mais

---

<sup>1</sup> Ver Cerqueira *et al.* (2019).

<sup>2</sup> Variação da taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Amazonas.

importantes para o planejamento das ações de governo e para o orçamento público: o Plano Plurianual (PPA). Isto porque, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, nossa carta magna elegeu o Plano Plurianual como o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo.

A ser estabelecido por meio de lei, o Plano Plurianual define para um período de quatro anos, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988).

Em resumo, o PPA contempla uma série de informações que norteiam as ações governamentais para um período de quatro anos, dentre as quais é possível destacar as metas e objetivos.

No Plano Plurianual vigente até 2019, elaborado pelo governo do Amazonas, no que diz respeito a função segurança pública, foi estimada a quantia de R\$ 6.817.765.281 (seis bilhões, oitocentos e dezessete milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e um reais) para as despesas programadas para o período de 2016 a 2019, somente nesta área. Além disso, este mesmo PPA estabeleceu, dentre suas metas, reduzir a taxa de criminalidade e o déficit de vagas no sistema prisional, a partir do desenvolvimento de uma série de ações.

Diante desse contexto, considerando o vultuoso orçamento definido para a segurança pública nos últimos anos no Amazonas, bem como, os objetivos e metas cujo desempenho quanto ao seu alcance interessa à sociedade, a presente pesquisa se propõe, sob o enfoque do que dispõe a teoria de políticas públicas e orçamento público, analisar os planos plurianuais do governo do Amazonas referentes aos períodos de 2012-2015 e 2016-2019, com foco para as informações relativas a alocação dos recursos orçamentários no período de 2012 à 2019, destinados à área da Segurança Pública bem como, os dados relativos as ações e metas estabelecidas neste contexto e respectivo desempenho, com o propósito de apurar quão eficaz têm sido o governo amazonense no que tange a execução das metas traçadas para esta área nos últimos anos.



## 1.2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

### 1.2.1. Tema

A eficácia dos programas de governo da área de segurança pública no Amazonas.

### 1.2.2. Delimitação do Tema

A eficácia dos programas de governo da área de segurança pública no Amazonas no período de 2012 a 2019: uma análise a partir das metas estabelecidas no plano plurianual.

No Brasil, o sistema de segurança pública e justiça criminal, inclui além das polícias, instituições que atuam de modo preventivo contra o crime, como escolas, equipamentos de assistência social e saúde, até as demais forças do estado que atuam de modo repressivo, tais como Ministério Público, defensorias, sistema penitenciário e varas de execução Penal (SZABÓ e RISSO, 2018).

Neste sentido, as políticas de segurança contemplam ações voltadas tanto para a prevenção, com ações desenvolvidas em áreas da educação, saúde e assistência social, como também, medidas voltadas para o controle criminal, por meio das funções governamentais de segurança pública, justiça, direitos humanos e cidadania (JANUÁRIO, 2015).

Diante disso, delimita-se nesta pesquisa que serão analisados os programas relacionados às ações governamentais voltadas para o controle criminal.

## 1.3. QUESTÕES NORTEADORAS

As seguintes perguntas nortearam a presente pesquisa:

- Quais foram as ações orçamentárias definidas, metas estabelecidas e resultados alcançados para os programas da área de segurança pública, relativos às funções de controle criminal, no período de 2012 a 2019, de acordo com o plano plurianual?

- As ações de governo estabelecidas para a área de segurança pública no Amazonas, no período de 2012 a 2019, alcançaram as metas definidas no plano plurianual?
- Quais programas e ações definidas para o período de 2012 a 2019 na área da segurança pública no estado do Amazonas foram eficazes, alcançando as metas previamente definidas no plano plurianual?

#### 1.4. OBJETIVOS

##### 1.4.1. Objetivo Geral

Analisar a eficácia dos programas de governo do Amazonas voltados para a área da segurança pública, com base nas metas estabelecidas nos planos plurianuais de 2012-2015 e 2016-2019 e com foco para a alocação dos recursos orçamentários e ações governamentais previamente definidas.

##### 1.4.2. Objetivos Específicos

- Identificar quais foram as ações definidas, metas estabelecidas e resultados alcançados para os programas da área de segurança pública relativos às funções de controle criminal, no período de 2012 a 2019, com ênfase para as metas financeiras e físicas definidas para as ações orçamentárias, de acordo com o Plano Plurianual;
- Aferir o grau de desempenho quanto a eficácia na execução das ações orçamentárias dos programas voltados para a área de segurança pública por meio de indicadores e ferramentas estatísticas;
- Estabelecer classificação dos programas e ações analisados com base no desempenho apurado;
- Identificar quais programas e ações do período analisado alcançaram as metas previamente definidas no PPA, podendo assim serem considerados eficazes.

#### 1.5. JUSTIFICATIVA

Diante da escassez de recursos públicos e da relevância que a temática da segurança pública possui, em especial no Amazonas, que presenciou na última

década uma elevação significativa na taxa de homicídios<sup>3</sup> registrados no estado, importa para a sociedade saber em que medida a atuação governamental nesta área tem sido eficaz.

Considerando que no Plano Plurianual, lei de iniciativa do Poder Executivo, são estabelecidos os objetivos e metas do Governo para um período de quatro anos, verifica-se que este instrumento pode servir de base para aferir se o Estado tem alcançado os resultados esperados e se as ações executadas são realizadas de acordo com o planejamento.

Por força de legislações como a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação, que determinam a publicidade de vários atos do poder público, hoje é possível ter acesso facilitado a diversas informações de cunho governamental como é o caso do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, bem como, dados de programas voltados para as diversas áreas de atuação do governo, que são divulgados em sites governamentais. A disponibilização destas informações possibilita que estudiosos e sociedade tenham acesso a conteúdo capaz de subsidiar análises e avaliações acerca da atuação do governo, inclusive quanto a eficácia de suas ações. Assim, foi possível ter acesso a base de dados que permitiu o desenvolvimento do presente estudo.

Embora, historicamente no Brasil não tenha sido desenvolvida uma grande preocupação com a avaliação de programas públicos, de um modo geral, desde a década de 1980 este cenário tem mudado (COSTA e CASTANHAR, 2003). Diante disso, esta pesquisa visa contribuir com a expansão dos estudos nesta área, defendendo assim sua importância. Sua viabilidade é perceptível face a disponibilização das informações, haja vista que dados do Plano Plurianual do período de 2004 em diante estão disponíveis nos sítios eletrônicos da Secretaria de Estado da Fazenda e/ou Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas.

Ainda, o estudo aqui proposto buscou demonstrar quão eficaz tem sido o planejamento governamental na área da segurança pública nos últimos anos, haja vista que, além de investigar acerca dos principais aspectos abordados sobre este

---

<sup>3</sup> Taxa de homicídios por 100 mil habitantes apurada para o ano de 2017, segundo IPEA e Fórum da Segurança Pública, no Amazonas saltou de 21,1 para 41,2.

tema no Plano Plurianual, identificou quais ações de governo programadas para estas áreas têm alcançado as metas previamente definidas.

Como resultado são disponibilizadas informações que, além de serem relevantes para toda a sociedade, podem auxiliar governantes no processo de tomada de decisão, visando assim uma atuação cada vez mais eficaz na área da segurança pública, em atenção ao interesse público e necessidades da população amazonense.

## 2. METODOLOGIA

De acordo com Gil (2008), método pode ser definido como “o caminho para se chegar a determinado fim”. Neste sentido, a abordagem desta pesquisa é quantitativa, onde se fez uso da pesquisa bibliográfica e documental como meios de investigação. Documentos oriundos de fontes secundárias, selecionados para análise detalhada, forneceram informações que foram submetidas a tratamento por meio de técnicas estatísticas. Quanto aos fins, esta pesquisa pode ser classificada como descritiva e exploratória, sendo desenvolvida através de um estudo de caso.

Inicialmente, foi realizado um levantamento de documentos, tais como, leis, relatórios, publicações em portais de governo e/ou secretarias e entidades governamentais com o objetivo de coletar material capaz de subsidiar as investigações propostas nesta pesquisa. Após um contato inicial com este acervo, foi feita uma seleção considerando como critério a existência de conteúdo relacionado às ações de governo estabelecidas para a área de segurança pública, especificamente às funções de controle criminal<sup>4</sup>, no Plano Plurianual no período em análise, seu orçamento, suas metas, resultados alcançados, tidos assim como pertinentes ao presente estudo.

Seguidamente, os documentos selecionados foram submetidos à análise mais detalhada, com o propósito de se extrair os dados relativos às metas estabelecidas para as ações de governo na área da segurança pública no período

---

<sup>4</sup> Segurança Pública, Justiça e Direitos da Cidadania compõem as funções governamentais do controle criminal (JANUÁRIO, 2015).

definido como recorte desta pesquisa. Além das metas, foram levantados os valores relacionados a execução orçamentária destas ações, desembolso financeiro programado e total efetivamente realizado. Assim, o desempenho a ser apurado para cada ação teve como base os valores definidos para meta física e financeira das ações orçamentárias de cada programa da área temática em estudo, que delinearão os indicadores adotados neste trabalho, que permitiram a verificação do quão eficaz foi o desempenho do governo em relação as metas estabelecidas no PPA.

Tabela 1 - Exemplo de Ações Orçamentárias

<b>Área Temática - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA</b>			<b>Programa: 3260 SISTEMA PENITENCIÁRIO</b>	
<b>Ações Orçamentárias</b>				
<b>Título</b>	<b>Produto (Unidade)</b>	<b>Regionalização</b>	Período: 2012-2015	
			<b>Meta</b>	<b>Valor</b>
Ampliação do Quadro Funcional da SEJUS	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS FIN	40,00 4.000,00
Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado	Unidade Construída (Unidade)	Estado	FIS FIN	8,00 11.500.000,00
Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário	Unidade Equipada (Unidade)	Estado	FIS FIN	16,00 14.255.560,00
Implementação da Escola Penitenciária do Estado	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS FIN	250,00 320.000,00
Incentivo a Atividades Laborais	Custodiado Beneficiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	840,00 76.000,00
Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas	Processo tramitado (Unidade)	Estado	FIS FIN	40,00 4.000,00
Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas	Apenado assistido (Unidade)	Estado	FIS FIN	692,00 3.152.884,00
Profissionalização de Detentos e Albergados	Apenado profissionalizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	3.510,00 567.800,00
Reforma, Ampliação e Aparelhamento das	Unidade reformada e ampliada	Estado	FIS	16,00

Unidades Prisionais no Estado	(Unidade)	FIN	11.500.000,00
-------------------------------	-----------	-----	---------------

Fonte: Adaptado de PPA Amazonas 2012-2015.

Dentre os documentos analisados, destaca-se os Relatórios Anuais de avaliação do PPA como principal fonte de informação para os valores realizados relativo às ações orçamentárias analisadas e as leis que instituíram os planos plurianuais de 2012-2015 e 2016-2019, com os dados relacionados às metas física e financeira.

A título exemplificativo, apresenta-se na tabela adiante as ações orçamentárias definidas para o programa *3260 Sistema Penitenciário*, conforme extraído do PPA do governo do Amazonas para o período de 2012 a 2015. Assim, com base no conteúdo exposto nesta tabela, foi apurado se as metas registradas foram atingidas.

Ainda, considerando que para este trabalho interessa saber quais as ações foram estabelecidas para os programas da área da segurança pública, bem como se suas metas e resultados foram alcançados. Uma vez identificados os referidos dados, estes foram tabulados para fins de apuração do grau de desempenho de cada ação, por meio de indicadores de execução que detalhamos adiante.

## 2.1. DELINEAMENTO DAS VARIÁVEIS DE ANÁLISE

As variáveis analisadas neste trabalho foram as metas físicas e financeiras delineadas para as ações orçamentárias dos programas em estudo, bem como os respectivos resultados alcançados (valores realizados) no período selecionado. Estas variáveis foram avaliadas por meio de indicadores.

Os indicadores adotados nesta pesquisa são baseados nos modelos utilizados por Oliveira (2016) e Lopes (2004). Tais indicadores objetivam avaliar se as ações orçamentárias analisadas alcançaram suas metas, sendo estes os parâmetros escolhidos para a análise de eficácia proposta nesta pesquisa. As apurações foram realizadas com base nos desempenhos quadrienais devido ao período de vigência dos planos, neste caso, 2012-2015 e 2016-2019.

## 2.2. INDICADOR DE EXECUÇÃO FÍSICA

O indicador de execução física (IEF), que adaptamos de Lopes (2004), como a própria nomenclatura já indica, permitiu apurar se a ação orçamentária atingiu seu objetivo quanto a meta física definida, contribuindo assim para avaliar quão eficaz foi o seu resultado. Conforme Lopes (2004), pode-se afirmar, de forma geral, que quanto maior for este indicador, melhor será considerado o desempenho.

$$IEF = \frac{OA}{OE}$$

Legenda:

IEF – Indicador de execução física da ação (apuração do desempenho da meta física)

OA – Objetivo físico alcançado para o período em análise

OE – Objetivo esperado para o período em análise, considerando a primeira versão do PPA (meta física definida ou quantidade esperada)

## 2.3. INDICADOR DE EXECUÇÃO DE DESPESA

O indicador de execução de despesa (IED), apura em que medida os custos planejados para a ação orçamentária foram efetivamente realizados (meta financeira), calculando a proporção da despesa realizada em relação ao que foi previsto, possibilitando avaliar seu resultado quanto ao planejamento de gastos, avaliando assim a eficácia da atuação governamental neste quesito:

$$IED = \frac{DR}{DP}$$

Legenda:

IED – Indicador de execução da despesa da ação

DR – Despesa realizada no período em análise (valores realizados)

DP – Despesa planejada (meta financeira programada para cada ação com base no PPA).

#### 2.4. TRATAMENTO DOS DADOS

A seleção das ações em estudo seu deu com base nos dados disponibilizados nos relatórios de acompanhamento, em especial o Relatório Anual de Avaliação do PPA. Os resultados apurados para IED e IEF foram organizados em tabelas, por quadriênio, assim obteve-se o IED 2012-2015, o IEF 2012-2015, o IED 2016-2019 e o IEF 2016-2019.

Considerando ainda a organização temática dos programas definidos nos planos plurianuais do período em estudo, foram selecionados para análise os programas inseridos na área temática da segurança pública, que também contempla as áreas de justiça e direitos humanos, e as demais relativas à função governamental de controle criminal (JANUÁRIO, 2015).

#### 2.5. FERRAMENTA ESTATÍSTICA

Métodos de estatística descritiva e inferencial auxiliaram nas análises desenvolvidas. Dentre os métodos de estatística descritiva, destaca-se que após a apuração inicial dos indicadores, foram calculados média, mediana, valor mínimo, valor máximo e desvio padrão correspondentes.

Quanto aos métodos de estatística inferencial, visando identificar diferenças entre as médias em análise, no caso, de cada quadriênio, relativamente ao PPA 2012-2015 em relação ao PPA 2016-2019, utilizou-se o teste de média t.

#### 2.6. IDENTIFICAÇÃO DE *OUTLIERS*

Após o cálculo do IED e IEF das ações selecionadas, por quadriênio, bem como suas respectivas médias, mediana, valor mínimo, valor máximo e desvio



padrão, apurou-se a existência de possíveis *outliers*<sup>5</sup>, por meio do *boxplot* (diagrama de caixa) com auxílio do *excel*.

## 2.7. ANÁLISE DA NORMALIDADE DOS DADOS

Na estatística, a importância da distribuição normal é notável. De acordo com Fávero e Belfiore (2017), a distribuição normal (ou Gaussiana) é a distribuição de probabilidade mais utilizada e também a mais importante, haja vista que possibilita modelar uma infinidade de fenômenos naturais, processos industriais, estudos de comportamento, entre outros, e ainda permite a utilização de aproximação para o cálculo de probabilidades de variáveis aleatórias.

O teste de normalidade corresponde a ferramenta utilizada para a verificação da normalidade de uma distribuição. Para verificar a normalidade do conjunto de dados em estudo, seguindo a metodologia adotada por Lopes (2004) e Oliveira (2017), baseados em Levine (2000), nesta pesquisa foi aplicado o teste de normalidade *Ryan-Joiner*, ao nível de significância de 1% com a utilização do pacote estatístico *Action Stat* no Excel.

## 2.8. NORMALIZAÇÃO DOS DADOS

Fávero (2017) defende a importância do tratamento de *outliers*, especialmente se tais dados forem considerados relevantes para o estudo desenvolvido. Hastie, Tibishirani e Friedman (2008) recomendam a normalização como uma técnica a ser utilizada no tratamento de *outliers*.

Neste trabalho, por meio do software RStudio foi feito uso do pacote estatístico *bestNormalize*<sup>6</sup> para identificar qual o melhor método de normalização a ser utilizado na amostra.

## 2.9. O TESTE DE HIPÓTESE

Em atenção a metodologia de Lopes (2004), visando analisar e verificar eventuais diferenças nas médias calculadas para cada quadriênio, foi utilizado nesta pesquisa o teste de média T de *student* por meio do software RStudio.

---

<sup>5</sup> *Outliers* são valores muito diferentes do restante do conjunto de dados, que por serem discrepantes, podem representar erros, devendo ser corrigidos ou excluídos, ou ainda serem objeto de análise à parte visando a sua compreensão (REIS e REIS, 2002).

<sup>6</sup> O *bestnormalize* estima a transformação de normalização ideal. (Peterson, 2020).

As hipóteses estatísticas testadas neste trabalho foram as seguintes:

- $H_0$  = as médias dos períodos analisados são iguais;
- $H_1$  = as médias dos períodos analisados são diferentes.

O teste de hipótese proposto auxiliou na busca de evidências relacionadas a alteração de comportamento dos indicadores IED e IEF em análise durante o período de 2012-2015 e 2016-2019.

## 2.10. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Apurados os indicadores, visando avaliar a eficácia das ações e programas em análise, após os procedimentos anteriormente descritos, foram calculadas as médias de cada indicador por programas, considerando as médias de IED e IEF das ações correspondentes.

Adaptando a metodologia de agrupamento utilizada por Lopes (2004), considerando o critério aplicável à verificação de eficácia das ações orçamentárias em análise, os programas foram analisados em conjunto e agrupados considerando o cumprimento das metas físicas e financeiras.

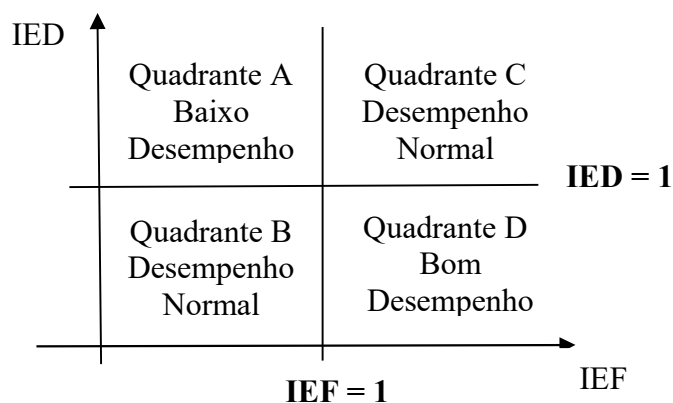
A análise destes grupos foi feita a partir do ponto onde as médias dos indicadores IED e IEF foram iguais a 1, partindo do ponto onde o planejado e o executado foram iguais. Assim, as informações foram distribuídas em 4 grupos, conforme adiante:

- Grupo A: IED superior a 1 e IEF inferior a 1;
- Grupo B: IED inferior a 1 e IEF inferior a 1;
- Grupo C: IED superior a 1 e IEF superior a 1;
- Grupo D: IED inferior a 1 e IEF superior a 1.

Finalizado este agrupamento, conforme a posição de cada programa, foi feita uma distribuição em quadrantes tendo como base a média dos indicadores apurados e tendo como referência o ponto 1 para IED ou IEF, de maneira que foi

possível identificar a posição relativa de cada programa em análise, conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 1 - Posições relativas dos programas com base no desempenho das ações orçamentárias



Fonte: Adaptado de Lopes (2004).

Julgando-se que existe uma relação entre despesa financeira e produtos gerados, o agrupamento e classificação proposta na figura tem por base o pressuposto de que quanto maior a aplicação de recursos financeiros em determinado programa, maior será a entrega do Estado. Assim, considerando a classificação de Lopes (2004), é possível concluir que programas localizados nos grupos B e C apresentaram desempenho que pode ser considerado normal, os casos localizados no grupo A tem baixo desempenho e aqueles localizados no quadrante D, possuem bom desempenho. Já aqueles que forem localizados exatamente na linha central de corte, terão o desempenho também considerado normal, haja vista que cumpriram as metas estabelecidas, sendo também classificadas como eficazes, para os fins desta pesquisa.

O procedimento de agrupamento também será realizado para as ações, com base nos desempenhos do IEF e IED, de modo que assim seja possível avaliar o desempenho das ações orçamentárias, independentemente dos programas.

### 3. REVISÃO DA LITERATURA

#### 3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com a literatura, várias são as definições acerca do que é uma política pública. Saravia (2007) a define como sendo “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (p. 28). Este autor argumenta que estas decisões podem ser consideradas estratégias que apontam para fins desejados, de algum modo, por àqueles que participam do processo decisório. Outra definição muito difundida alinha-se ao que diz Leonardo Secchi (2013), que afirma que uma política pública corresponde a uma diretriz elaborada para o enfrentamento de um problema público.

Já em uma perspectiva operacional, Saraiva e Ferarezi (2007) afirmam que política pública corresponde a um sistema de decisões públicas, que visa ações ou omissões, preventivas ou corretivas, que tem o objetivo de manter ou alterar a realidade de uma ou várias áreas da vida social, através do estabelecimento de objetivos e estratégias de atuação e alocação de recursos visando atingir as metas estabelecidas.

Um aspecto importante dentro desta temática refere-se a elaboração de uma política pública, que se dá a partir de um processo também denominado de ciclo de políticas públicas ou *policy cycle* (SECCHI, 2013). Em uma visão sequenciada, Saravia (2009) defende que esse ciclo/processo se desenvolve por meio das seguintes etapas:

- a) Agenda: inclusão de determinado assunto na lista de prioridades do governo, quando um fato social assume o *status* de “problema público”;
- b) Elaboração: fase em que é identificado e delimitado um problema atual ou potencial, onde são determinadas as possíveis soluções e avaliação de custos;
- c) Formulação: momento da seleção da alternativa tida como a mais adequada, formalização da decisão com a definição dos objetivos e marco jurídico, administrativo e financeiro.

- d) Implementação: fase constituída pelo planejamento e organização da estrutura administrativa necessária para execução da política (recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos).
- e) Execução: corresponde ao conjunto de ações que colocam em prática a política visando assim, atingir os seus objetivos.
- f) Acompanhamento: etapa que consiste na supervisão da execução, cujo objetivo é fornecer informações necessárias para introduzir eventuais correções visando assim garantir o alcance dos objetivos.
- g) Avaliação: equivale a mensuração e análise dos resultados alcançados pela política pública, em especial no que se refere as realizações e consequências, previstas ou não. O autor ainda ressalta que a avaliação corresponde a área dentro da política pública que mais tem se desenvolvido nos últimos tempos.

No Brasil, a partir da década de 1980, estudos voltados para as políticas públicas sofreram um boom devido a diversos fatores como: transição democrática, mudanças na agenda política, surgimento de um interesse maior sobre a efetividade das ações públicas, entre outros (MELLO, 1999).

De acordo com Faria (2003), em seus primórdios, as políticas públicas tiveram sua atenção voltada para o seu processo de formação. A partir das reformas no setor público, ocorridas na América Latina, nos anos de 1980 e 1990, onde passou a se questionar acerca da efetividade, eficiência e eficácia dos gastos públicos, a figura da avaliação ganhou centralidade (FARIA, 2005).

### 3.2. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, no âmbito da administração pública, historicamente não há uma preocupação com a avaliação de programas públicos. Todavia, tal desinteresse tem mudado nos últimos anos, principalmente em virtude de transformações ocorridas na sociedade e no Estado brasileiros a partir dos anos 80, especialmente na conjuntura econômica do país, que provocaram um crescimento das demandas sociais e conseqüentemente elevou a necessidade de intervenção do Estado por meio dos programas públicos (COSTA e CASTANHAR, 2003, p. 37).

Na década de 1990, a avaliação passa a assumir a função de legitimação, em um período que é marcado por questionamentos acerca do papel do Estado, em uma época em que são também exigidos resultados das políticas públicas (TREVISAN e BELLEN, 2008, p. 44).

Frey (2000, p. 229) defende a importância da etapa de avaliação de uma política pública como sendo imprescindível para o desenvolvimento e adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública.

É na avaliação que se realiza uma aferição da eficácia na intenção de verificar se determinado programa foi implementado de acordo com as diretrizes definidas na sua elaboração e se os seus produtos alcançaram as metas desejadas (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986, p. 11).

Citando definição trazida por Ferreira (1999, p. 33), Trevisan e Bellen (2008) afirmam que avaliar significa determinar o valor de algo. Especificamente em relação a avaliação de políticas públicas, os autores citam que Ala-Harja e Helgason (2000) defendem que não há um consenso em relação as definições de avaliação de políticas públicas, afirmando que estes definem o termo como sendo compreendido pela avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos.

Os resultados de uma avaliação de programa de governo interessam não só aqueles que estão diretamente envolvidos na condução do programa, como também gerentes de programas similares, interessados em projetos bem sucedidos, membros do Legislativo, cientistas sociais, público em geral e sociedade civil, de modo que os relatórios de avaliação podem vir a servir de fomentos para debates públicos acerca das alternativas de intervenção governamental (FARIA, 2005).

A avaliação de políticas públicas tem sido classificada de acordo com o momento de sua realização (antes, durante ou depois da implementação da política ou programa), da posição de quem avalia em relação ao objeto avaliado (interna, externa ou semi-independente) e a natureza do objeto avaliado (COTTA, 2001, p.91).

De acordo com Faria (2003, 2005), há uma escassez de estudos pós-decisão, e uma carência de trabalhos sobre os processos e metodologias de avaliação, situação que se deveria ao fato de ser rara a utilização da avaliação como ferramenta de gestão no setor público no Brasil. Embora exista o

reconhecimento da importância do papel da avaliação no processo de gestão, na prática isso não está concretizado (Cotta, 2001; Garcia, 2001; Mokate, 2002).

São as avaliações posteriores (ex post) onde se estuda a eficácia e o valor geral de um programa, visando assim trabalhar com impactos e processos. Nesse tipo de avaliação, se considera mais importante a credibilidade e objetividade dos achados (LOBO, 1998; ALA-HARJA e HELGASON, 2000). Arretche (1998), reconhece que avaliações de eficácia podem representar bons estudos de pesquisa sobre esta temática.

Outro fator importante na avaliação, é a posição do avaliador, onde a neutralidade representa um fator chave, embora se reconheça que esta nunca será absoluta, especialmente se esta for realizada por equipes governamentais (Arretche, 1998).

Henry (2002) defende a transparência dos processos de avaliação de políticas públicas, argumentando que estes podem representar um aprendizado aos pesquisadores da área, por exemplo.

Os resultados de uma avaliação devem ser discutidos junto ao público em geral, de modo que esteja acessível aos cidadãos as informações, a metodologia e os resultados alcançados, resultando assim em uma ferramenta democrática de controle das ações governamentais (Arretche, 1998).

### 3.3. ORÇAMENTO PÚBLICO E O PLANO PLURIANUAL

De acordo com Bezerra (2012), o Orçamento Público constitui-se como uma ferramenta legal de planejamento do Ente Federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) onde são projetados os ingressos e os gastos orçamentários que serão realizados em um determinado período, objetivando a execução dos programas e ações vinculados às políticas públicas, bem como as transferências constitucionais, legais e voluntárias, os pagamentos de dívidas e outros encargos inerentes às funções e atividades estatais.

O orçamento público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício (geralmente de um ano).

A Constituição Federal de 1988 trouxe novas diretrizes para a gestão pública. Dentre elas é possível destacar a criação do plano plurianual, que

valorizou a etapa de planejamento, onde os administradores passam a elaborar planos de médio e longo prazo (GIACOMONI, 2012, p. 223). A importância do Plano Plurianual (PPA) revela-se por ser este o instrumento que irá orientar os demais planos e programas de governo.

De acordo com nossa carta magna, em seu art. 165, § 1º, a lei que instituir o PPA estabelecerá o seguinte:

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Em relação ao seu período de vigência, o PPA abrange o período que se inicia no início de segundo mandato do chefe do poder executivo, findando no primeiro ano do mandato subsequente, conforme estabelece o ADCT.

Bezerra (2012, p.28) defende que o PPA é ferramenta de planejamento que tem como objetivo solucionar problemas e demandas socioeconômicas previamente diagnosticadas pelos governantes.

### 3.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO BRASIL

A criminalidade urbana se apresenta como um dos grandes problemas de nossa sociedade e um dos maiores desafios para os governantes que, no intuito de atender os anseios da população, precisam atuar de forma planejada na busca de soluções para atender esta e outras demandas sociais. Naturalmente, neste sentido devem ser elaborados os programas governamentais, que são instrumentos destinados a cumprir as funções do Estado a partir da integração de um conjunto de esforços (MARTNER apud GIACOMINI, 2012).

Cada programa contém as ações necessárias para alcançar os objetivos propostos pelo Governo, cujo alcance se dará a partir da aplicação de recursos públicos. (BEZERRA FILHO, 2012). Notadamente, os programas de governo contemplarão ações voltadas para as várias áreas demandadas pela sociedade, dentre elas, a segurança pública. Assim, de acordo com Carvalho e Silva (2012, p. 62), “cabe ao Poder Executivo o planejamento, e a gestão de políticas de segurança pública que visem à prevenção e repressão da criminalidade e da violência [...]”.



Mas, para intervir decisivamente na problemática da criminalidade e violência é necessário também compreender as suas causas. De acordo com Beato (2012, p. 27), um conhecimento a partir de bases sólidas e científicas deveria servir de orientação para elaboração de programas e políticas públicas nesta área.

Possuir uma política pública significa ter motivos ou argumentos que contemplem não só a compreensão de um problema, como também a sua solução (SAPORI, 2007, p.30).

No Brasil, a proposição de políticas públicas de segurança perpassa pela reforma social, medida que decorre da crença de que o crime resulta de fatores socioeconômicos que bloqueiam o acesso a meios legítimos de se ganhar a vida, e que acaba se traduzindo no acesso restrito de parte da população a oportunidade no mercado de trabalho, má socialização familiar, escolar e convivência com subgrupos desviantes. Ações de cunho assistencialista visariam minimizar os efeitos mais imediatos deste tipo de carência, além de incutir em jovens, candidatos potenciais ao crime, novos valores, por meio da educação, da prática de esportes, do ensino profissionalizante, do aprendizado de artes e da convivência pacífica e harmoniosa com seus semelhantes (BEATO, 2012, p.39).

Por outro lado, a crença de que a criminalidade encontra condições ideais de florescimento quando é baixa a disciplina e respeito às normas sociais é o combustível para a criação de políticas públicas de segurança pública que enfatizam que é necessária uma atuação mais decisiva do Poder Judiciário e das instâncias de controle social, com o estabelecimento de legislações mais duras e maior policiamento ostensivo, de modo que as punições dos delitos sejam rápidas, certas e severas (BEATO, 2012, p.39).

Uma intervenção governamental voltada para a manutenção da ordem pública deve considerar a viabilidade de combinação de uma série de esforços, incluindo organizações que não são submetidas à autoridade do governo, responsável pela elaboração e execução de políticas públicas (SAPORI, 2007, p.30).

#### 4. OS PLANOS PLURIANUAIS DO AMAZONAS DE 2012-2015 E 2016-2019

Os Planos Plurianuais do Governo do Estado do Amazonas para o período de 2012 a 2015 e 2016 a 2019, foram instituídos pela Lei Estadual nº 3.696/2011 e pela Lei Estadual nº 4.268/2015, respectivamente<sup>7</sup>.

Os dois planos apresentam estrutura semelhante, com conteúdo organizado em 3 (três) anexos. O anexo I dispõe sobre o cenário macroeconômico e orientação estratégica de governo. No anexo II constam os programas definidos para o período, distribuídos entre as seguintes áreas temáticas: econômica, educação, infraestrutura, legislativa, controle externo e judiciário, planejamento e gestão, saúde, segurança pública, justiça e social. Para cada programa são estabelecidos os objetivos, órgãos responsáveis, órgãos participantes, valor do programa, bem como as ações orçamentárias com as respectivas metas físicas e financeiras para o período de vigência de cada plano, que são o objeto de estudo desta pesquisa. Por fim, o anexo III trata das metas e prioridades governamentais para o período de vigência dos planos.

##### 4.1. DADOS – TRATAMENTO E ANÁLISE

Neste trabalho foram analisados os programas relacionados às ações governamentais voltadas para o controle criminal. Assim, inicialmente, a partir dos dados registrados nas leis que instituíram os planos plurianuais, providenciamos o levantamento das informações relativas às ações orçamentárias dos programas governamentais registrados nas tabelas 1 e 2, apresentadas adiante:

**Tabela 2** - Programas de Governo registrados no PPA Amazonas 2012-2015 (dotação inicial) selecionados para análise.

Programa	Área Temática	Ações Orçamentárias (quantidade)
ATUAÇÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	16
PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	6
RONDA NO BAIRRO	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	11
SISTEMA PENITENCIÁRIO	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	9
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	8
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	1
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DA DEFESA E DA CIDADANIA	SOCIAL	5
<b>Total de ações orçamentárias analisadas</b>		<b>56</b>

Elaborado pela autora.

<sup>7</sup> <http://www.seducti.am.gov.br/planejamento>

Fonte: PPA Governo do Amazonas 2012-2015. Lei estadual nº 3.696/2011.

**Tabela 3** - Programas de Governo registrados no PPA Amazonas 2016-2019 (dotação inicial) selecionados para análise.

Programa	Área Temática	Ações Orçamentárias (quantidade)
ATUAÇÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	26
PROMOÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	14
SISTEMA PENITENCIÁRIO	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	8
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	6
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	1
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DA DEFESA E DA CIDADANIA	SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	9
TODOS PELA VIDA	SOCIAL	18
<b>Total de ações orçamentárias analisadas</b>		<b>82</b>

Elaborado pela autora.

Fonte: PPA Governo do Amazonas 2016-2019. Lei estadual nº 4.268/2015.

As ações orçamentárias registradas para os programas listados nas tabelas 2 e 3, constam relacionadas no Apêndices A deste trabalho, bem como as respectivas metas físicas e financeiras definidas nos Planos Plurianuais, em sua primeira versão.

Conveniente registrar que as leis que instituíram os Planos Plurianuais previam a revisão anual deste instrumento de planejamento, sendo para tanto consideradas eventuais inclusões, exclusões ou alterações nos programas.

Diante disso, para os exercícios posteriores ao do início de vigência de cada PPA foram elaboradas a versão de revisão do respectivo plano plurianual. Assim, os dados relacionados aos programas constantes no PPA 2012-2015 sofreram revisões para os anos 2013, 2014 e 2015 e, do PPA 2016-2019 para os anos de 2017, 2018 e 2019.

Desta forma, após análise dos documentos relativos às revisões, foram identificados diversos tipos de ajustes no conteúdo do PPA, tais como, modificação de metas, inclusão/exclusão de programas, inclusão/exclusão de ações orçamentárias, dentre outras mudanças. Das modificações realizadas, destaca-se para o PPA 2016-2019, por exemplo, a descontinuidade do Programa Todos Pela Vida, conforme revisão realizada para o exercício 2018.

Ainda, as leis estaduais que instituíram os planos em análise, também estabeleceram que estes e seus programas seriam anualmente avaliados. Assim, para cada ano foi elaborado pelo governo o respectivo Relatório de Avaliação do Plano Plurianual, onde constam registradas informações relacionadas aos resultados dos principais programas do governo e, dados físicos e financeiros dos

programas e ações orçamentárias (quantitativos realizados). Desta forma, foram analisados os Relatórios de Avaliação do PPA referente aos exercícios 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Considerando o conteúdo dos Relatórios de Avaliação, estes serviram como fonte de informação para o levantamento dos valores realizados relativos às metas física e financeira, que subsidiaram a apuração do indicador de execução física (IEF) e indicador de execução de despesa (IED) propostos neste trabalho.

Para o período de vigência de cada PPA foi considerado como total realizado o somatório dos valores registrados como executados para cada ano, para cada ação orçamentária, relativamente às metas físicas e financeiras definidas.

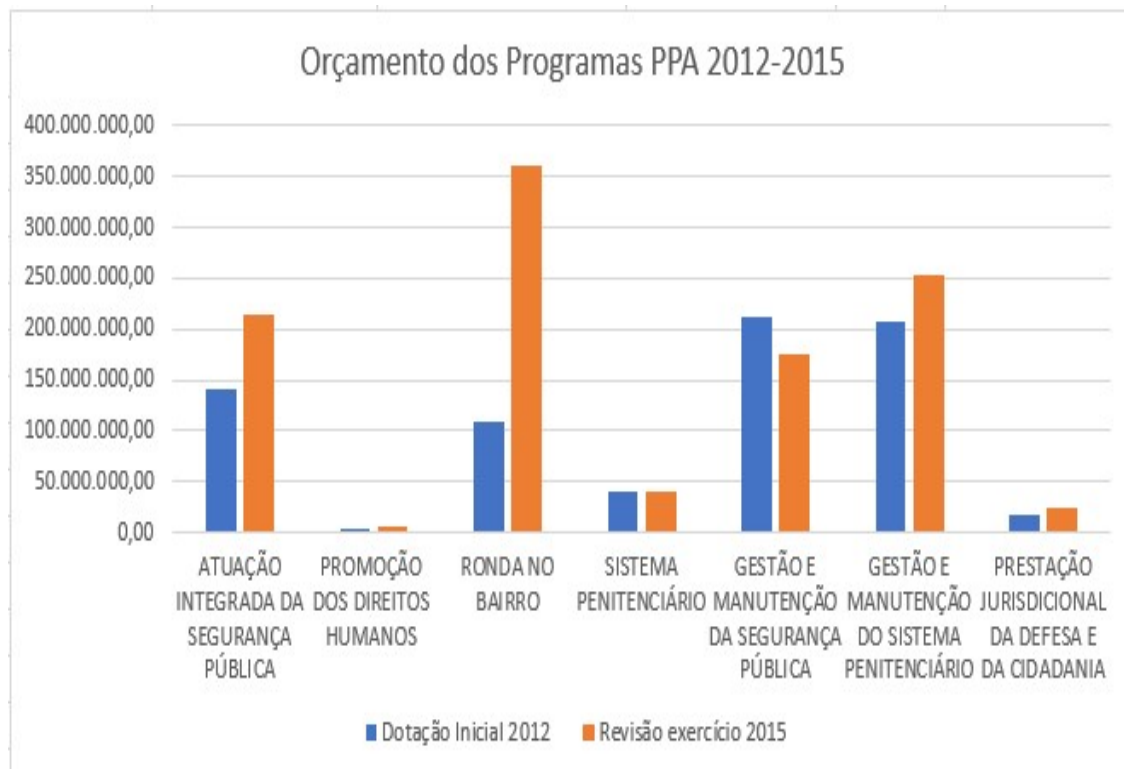
Frisa-se que um dos objetivos deste trabalho é apurar quão eficazes foram os programas de governo, quanto as metas definidas no PPA, a partir da análise de desempenho das ações orçamentárias. Assim, no propósito de apurar o cumprimento das metas estabelecidas para as ações orçamentárias do plano em análise, foram considerados neste estudo os valores registrados no PPA primeira versão (dotação inicial). Ações orçamentárias criadas ao longo da execução do plano não foram consideradas nas análises, por não estarem registradas na lei que instituiu os Planos.

Entretanto, tendo em vista a relevância de eventuais modificações realizadas ao longo dos anos nestes planos, considerou-se importante apurar quão representativas foram estas alterações. Desta forma, para o PPA 2012-2015 realizamos a comparação dos valores registrados na primeira versão e última revisão do Plano. Para PPA 2016-2019, comparamos os valores registrados na primeira versão com o somatório dos montantes programados para cada ano, conforme Relatórios de Avaliação, uma vez que as revisões anuais deste plano não atualizaram as metas para os quatro anos de vigência do plano. Assim, apuramos a diferença registrada para o orçamento dos programas, (dotação inicial *versus* dotação final), cujos resultados constam nos gráficos 1 e 2, adiante.

Para alguns programas, do PPA 2016-2019, não foi possível realizar essa comparação, em decorrência da ausência de informações nos Relatórios Anuais de Avaliação, como se observa no gráfico 2, onde não foi possível apurar o quão significativos foram os ajustes ao longo da execução do plano para os programas

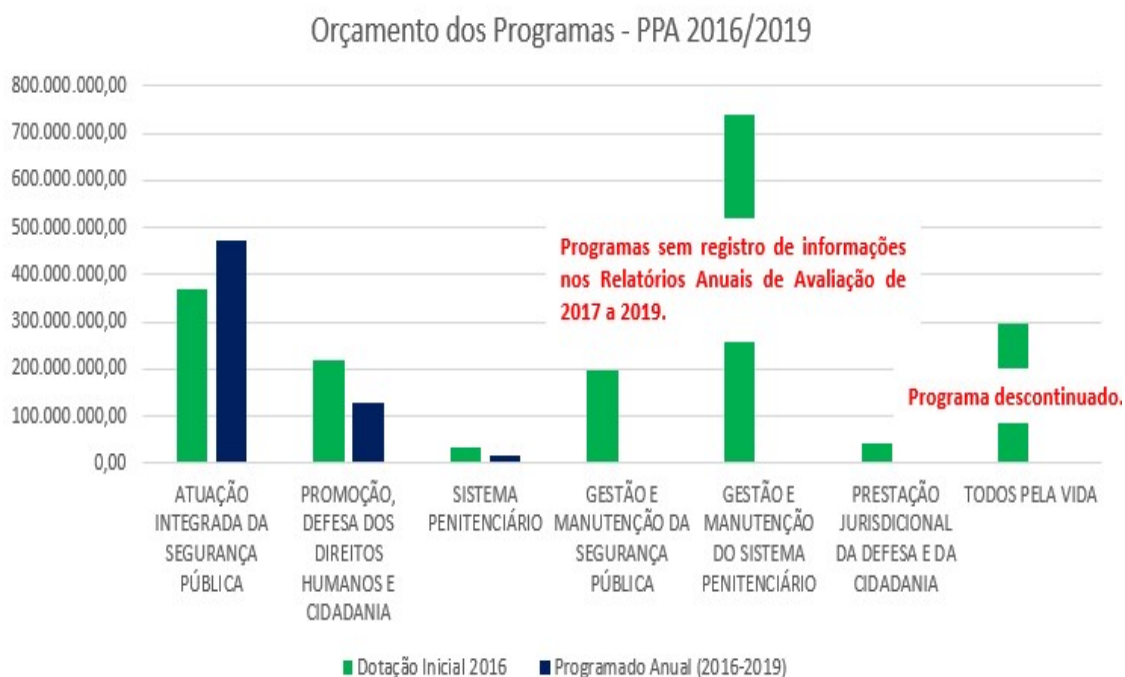
Gestão e Manutenção da Segurança Pública, Gestão e Manutenção do Sistema Penitenciário e Prestação Jurisdicional da Defesa e da Cidadania. Ainda, quanto ao programa Todos Pela Vida, face a sua descontinuidade, como já foi mencionado, ocorreu a mesma limitação.

**Gráfico 1:** Programas PPA 2012-2015 (dotação inicial 2012 X Valor revisão do PPA para 2015).



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 2:** Valores dos Programas PPA 2016-2019 (dotação inicial 2016 X Somatório dos Valores Programados anualmente conforme Relatórios Anuais de Avaliação).

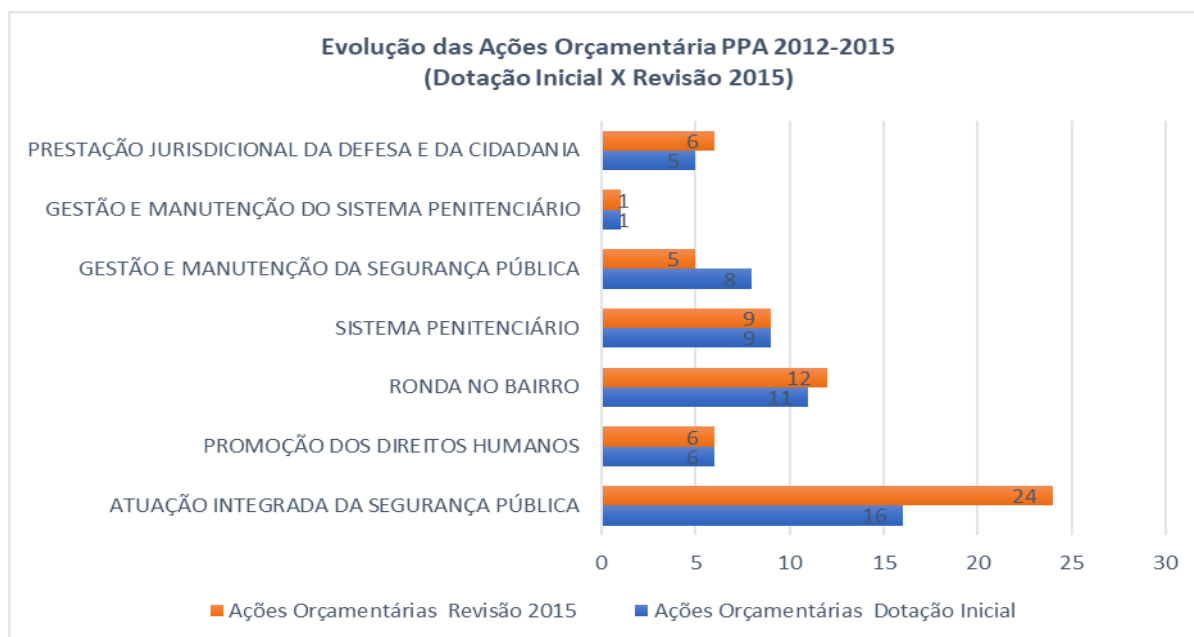


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Da análise dos gráficos 1 e 2 é possível destacar algumas alterações. Observa-se que no PPA 2012-2015, gráfico 1, alguns programas tiveram elevação significativa na programação orçamentária, com destaque para o Programa Ronda no Bairro, que apresentou a maior elevação dentre os programas analisados, dobrando sua programação orçamentária inicial. Apesar disso, o programa não permaneceu no PPA 2016-2019. Ainda, é possível destacar no gráfico 1 que os programas Promoção dos Direitos Humanos, Sistema Penitenciário e Prestação Jurisdicional da Defesa e da Cidadania apresentaram programação orçamentária significativamente inferior, em relação aos demais.

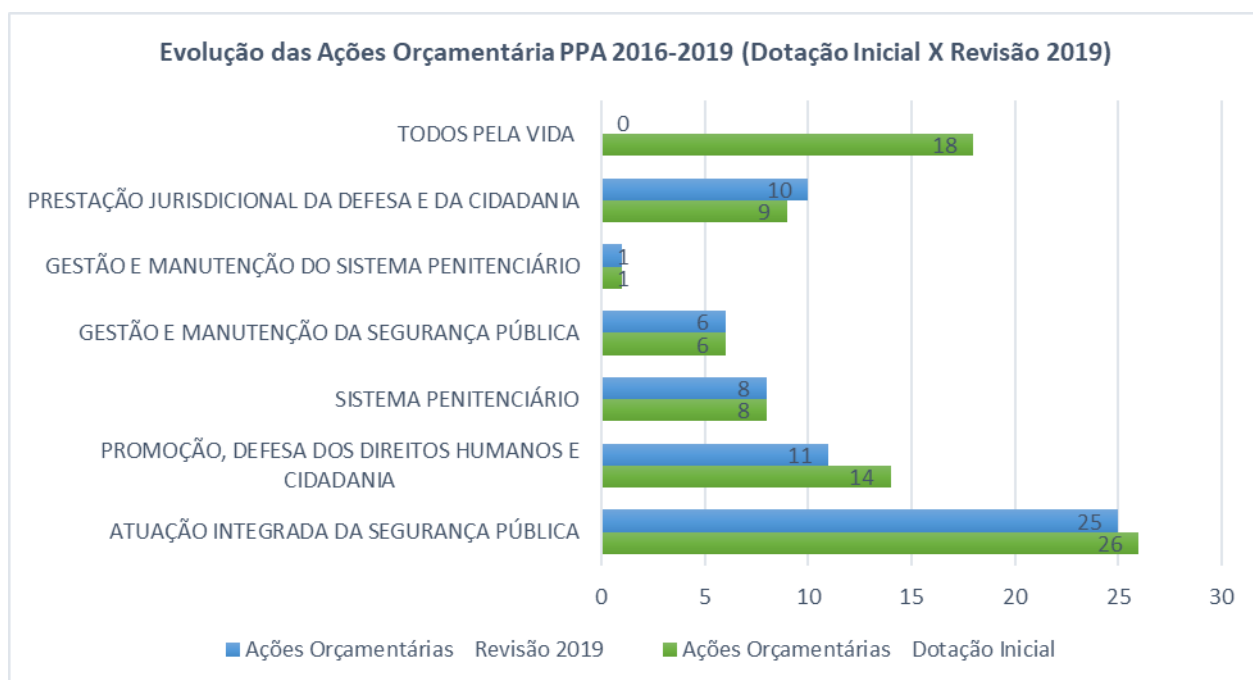
No gráfico 2, observa-se que uma análise mais aprofundada sobre a programação orçamentária dos programas inicialmente selecionados restou prejudicada, diante da ausência de informações nos Relatórios Anuais de Avaliação. No entanto, é possível identificar que os programas Promoção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e Sistema Penitenciário apresentaram redução na programação orçamentária.

No que tange as ações orçamentárias, especificamente em relação ao quantitativo, ao realizarmos a mesma comparação, entre PPA dotação inicial e última revisão, identificamos as alterações demonstradas nos gráficos 3 e 4, adiante.

**Gráfico 3:** Evolução ações orçamentárias PPA 2012-2015.

Elaborado pela autora.

Fonte: Revisão PPA-2012-2015 Amazonas, exercício 2015.

**Gráfico 4:** Evolução ações orçamentárias PPA 2016-2019.

Elaborado pela autora.

Fonte: Revisão PPA-2012-2015 Amazonas, exercício 2015.

As alterações relativas ao quantitativo de ações orçamentárias, como se observa nos gráficos 3 e 4, são mais discretas quando comparadas às alterações realizadas nos valores programados para os programas selecionados para análise. Na análise do PPA 2012-2015, destaca-se a elevação do quantitativo de

ações orçamentárias definidas para o programa Atuação Integrada da Segurança Pública, que aumentou de 16 (dezesesseis) para 24 (vinte e quatro). Na análise do PPA 2016-2019, o que se observa de forma evidente, além da descontinuidade do programa Todos Pela Vida, é que os programas selecionados para análise não apresentaram alterações significativas, havendo incremento no quantitativo de ações apenas para o programa Prestação Jurisdicional da Defesa e da Cidadania.

Conveniente destacar ainda, dentre as alterações identificadas ao longo das execução dos Planos Plurianuais analisados, com ênfase na comparação dotação inicial *versus* última revisão, além do que já foi mencionado, que durante a execução do PPA 2016-2019, foi criado o programa Guardiam24horas, cujo objetivo era combater a criminalidade por meio de atuação de eixos estratégicos, e a partir do desenvolvimento de 3 (três) ações orçamentárias, e orçamento programado para 2019 no montante de R\$ 1.794.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e quatro reais)<sup>8</sup>.

Feitas as análises iniciais dos Planos Plurianuais, providencia-se adiante a apuração dos indicadores propostos, com descrição da metodologia adotada para este procedimento.

#### 4.2. APURAÇÃO DOS INDICADORES DE EXECUÇÃO FÍSICA (IEF) E EXECUÇÃO DE DESPESA (IED)

O indicador de execução física (IEF), como já explanado no tópico de metodologia, pretende apurar se a ação orçamentária atingiu seu objetivo quanto à meta física previamente definida, permitindo assim avaliar quão eficaz foi o seu resultado. No mesmo sentido, o indicador de execução de despesa (IED) vai calcular a proporção da despesa realizada em relação à programação inicialmente estabelecida, permitindo assim uma avaliação quanto ao planejamento de gastos do governo.

A fonte de informação utilizada para os levantamentos das metas a serem alcançadas, foi a 1ª versão de cada PPA (dotação inicial). Já os montantes realizados para o período, foram extraídos dos valores registrados nos Relatórios Anuais de Avaliação. Destaca-se, como já dito, que os planos sofreram revisões anuais, com a inclusão/exclusão/alteração de ações orçamentárias, dentre outras

---

<sup>8</sup> Lei nº 4.744/2018 que altera o PPA para o período de 2016-2019.



modificações. Assim, programas descontinuados ou criados ao longo da implementação do plano, tiveram suas ações desconsideradas na presente análise, haja vista que a comparação da dotação inicial com a dotação final restaria prejudicada. Da mesma forma não foram considerados os programas selecionados inicialmente (tabela 2 e tabela 3) sem registros de acompanhamento nos Relatórios Anuais de Avaliação, que foi o caso dos Programas Gestão e Manutenção da Segurança Pública, Gestão e Manutenção do Sistema Penitenciário e Prestação Jurisdicional da Defesa e da Cidadania no PPA 2012-2015, e os programas Gestão e Manutenção da Segurança Pública, Prestação Jurisdicional da Defesa e da Cidadania e Todos Pela Vida no PPA 2016-2019, sendo este último, excluído do Plano, conforme revisão do exercício 2018. Os demais programas referidos, apesar de estarem registrados na última revisão de cada Plano, não constaram nos Relatórios Anuais de Avaliação, impossibilitando a apuração de informações para análise de desempenho a partir destes documentos.

Assim, no que diz respeito ao PPA 2012-2015 foram analisadas 40 (quarenta) ações orçamentárias, em relação às quais foram calculados os indicadores de execução física (IEF) e execução de despesa (IED) na forma do dos itens 2.2 e 2.3 deste trabalho, relativamente aos quatros anos de vigência do plano.

Quanto ao PPA 2016-2019, foram igualmente analisadas 43 (quarenta e três) ações orçamentárias. Estas ações são relacionadas Apêndice B deste trabalho.

#### 4.3. ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS INDICADORES E ANÁLISE DE OUTLIERS

Com uso de técnicas de estatística descritiva foram examinados os valores calculados para IED e IEF, onde apurou-se os valores mínimo, máximo, média, mediana e desvio-padrão, cujos resultados se apresentam na tabela 4.

**Tabela 4:** Estatística descritiva dos indicadores IED e IEF.

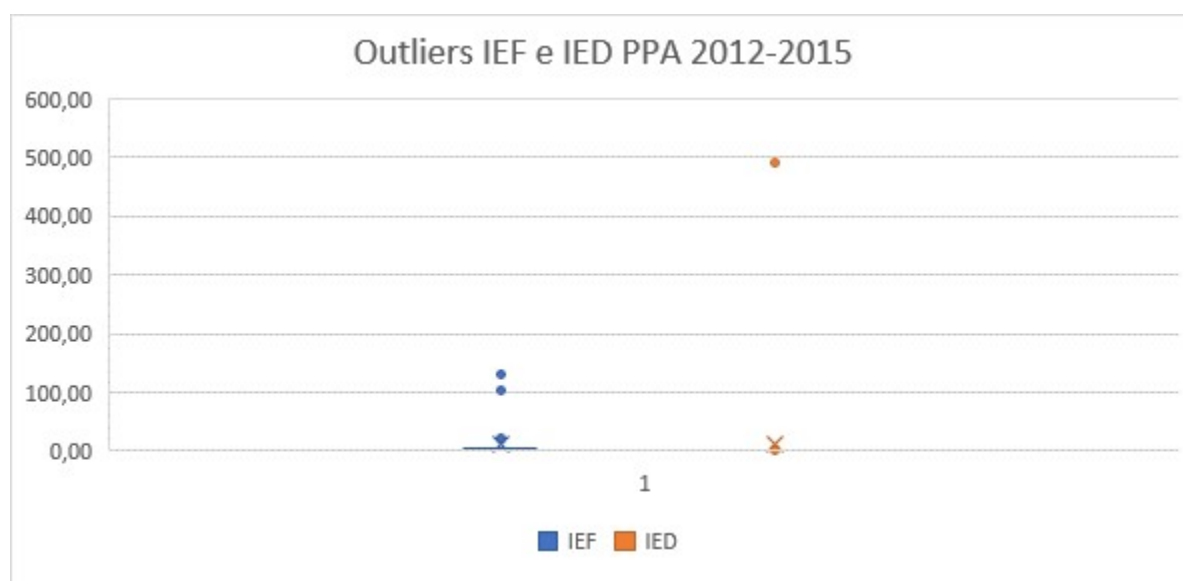
Variáveis	Tamanho da Amostra	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio-Padrão
-----------	--------------------	--------	--------	-------	---------	---------------

IEF 2012-2015	40	0,00	129,87	11,15	1,00	30,67
IEF 2016-2019	43	0,00	111,59	6,19	1,49	17,06
IED 2012-2015	40	0,00	489,42	13,14	0,44	77,25
IED 2016-2019	43	0,00	26,42	2,17	0,72	4,67

Elaborado pela autora. Adaptado de Lopes (2004) e Oliveira (2016).

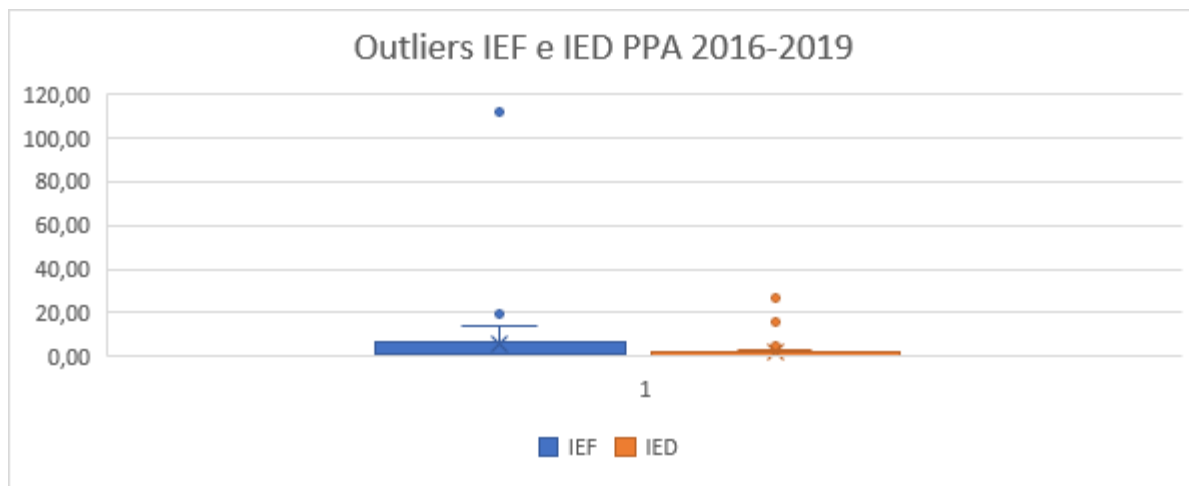
Os valores constantes na tabela 4 indicam discrepâncias haja vista que os valores mínimos e máximos identificados apresentam expressiva oscilação em torno da média. Do mesmo modo, o desvio-padrão assume proporções significativamente elevadas. Estas ocorrências indicam a existência de *outliers*. Diante disso, como medida inicial para análise mais aprofundada dos dados, por meio do gráfico *boxplot* gerado a partir do *excel* buscou-se identificar os outliers, conforme evidencia os gráficos 5 e 6 adiante.

**Gráfico 5** - Boxplot dos indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2012-2015.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Pesquisa.

**Gráfico 6** - Boxplot dos indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2016-2019.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Como se observa nos gráficos 5 e 6, nas amostras analisadas há a ocorrência de *outliers*, em quantitativo relativamente significativo em relação a amostra em estudo. Importante destacar que estes valores não necessariamente representam erros, mas sim demandam uma segunda revisão (LEVINE *et al*, 2016). Ainda, é o conhecimento das causas que levaram a tal ocorrência que vai auxiliar na decisão acerca do tratamento adequado, conforme Belfiore (2017). Por este motivo, analisou-se mais detidamente os registros em destaque nos gráficos acima, apontados como *outliers* nas amostras e identificamos, a partir de informações extraídas nos Relatórios anuais de avaliação que, de um modo geral, os pontos em destaque indicam que possivelmente se tratam de ações orçamentárias que tiveram suas metas subdimensionadas, na dotação inicial e ainda nas revisões.

Assim, a título de exemplo de metas subdimensionadas, podemos destacar dentre os valores calculados para IED do período de 2012-2015, o resultado apurado para a ação orçamentária denominada *Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre* no valor de 489,42, em destaque no gráfico 5, onde apenas para o ano de 2015 havia sido programado o dispêndio de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), conforme Relatório de Avaliação de 2015 e foram aplicados R\$ 60.399.220,60 (sessenta milhões, trezentos e noventa e nove mil, duzentos e vinte reais e sessenta centavos), que no Programa *Atuação Integrada da Segurança Pública* representou 69,87% dos gastos totais no ano de 2015. Ainda, para todo o período de vigência do PPA 2012-2015, foi programado inicialmente para esta ação o investimento de R\$ 356.370,00 (trezentos e

cinquenta e seis mil, trezentos e setenta reais), valor bem inferior ao gasto no período que alcançou a quantia de R\$ 174.415.888,97 (cento e setenta e quatro milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos).

Apesar das discrepâncias apontadas, não há maiores explicações nos Relatórios analisados quanto ao direcionamento de recursos para a ação orçamentária referida.

#### 4.4. ANALISANDO A NORMALIDADE DOS DADOS

Os gráficos 5 e 6 apontam para a existência de mais de uma ocorrência de *outlier*. Nesse contexto, ressalta-se o que diz a literatura acerca do assunto, como Belfiore (2017) que afirma que em uma amostra onde há a ocorrência de mais de um *outlier*, a exclusão pode reduzir significativamente o seu tamanho e, se o pesquisador pretende analisar o comportamento destas observações, também não é recomendado eliminá-las.

Diante disso, face ao entendimento de que o quantitativo de *outliers* em relação à amostra estudada mostrou-se significativo, optou-se por não excluir os *outliers* identificados e, a partir do uso da técnica de normalização, tratar os dados, haja vista que a tabela 3 e os gráficos 5 e 6 indicam que os dados analisados não apresentam características de uma distribuição normal<sup>9</sup> (LEVINE et al, 2016).

Para confirmar tal hipótese, aplicou-se o teste de normalidade *Ryan Joiner* ao nível de significância de 1%, conforme metodologia previamente delineada. Os resultados dos testes de normalidade, que constam no apêndice C deste trabalho confirmaram que os dados em análise não apresentam uma distribuição normal, haja vista que o *p-value* resultou em valor inferior ao nível de significância.

Como foi confirmada a ausência de normalidade da amostra, e considerando a existência de *outliers* cuja análise é considerada relevante para esta pesquisa, foi dada continuidade ao tratamento dos dados a partir da técnica de normalização.

---

<sup>9</sup> São características de uma distribuição normal: a simetria, formato de sino e amplitude interquartil equivalente a aproximadamente 1,33 vez o desvio-padrão. (LEVINE et al, 2016).

#### 4.5. NORMALIZAÇÃO DOS DADOS

Por meio do software RStudio foi feito uso do pacote estatístico *bestNormalize* para identificar qual o melhor método de normalização a ser utilizado na amostra. Os resultados, relativos à apuração para cada indicador, em cada período, consta registrado na tabela 4:

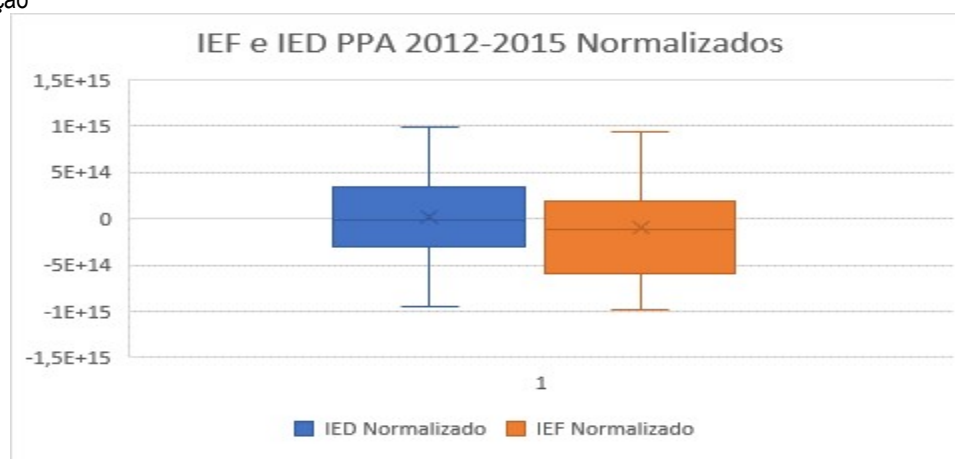
**Tabela 5:** Métodos de Normalização indicados pelo *bestnormalize*.

Variáveis	Tamanho da Amostra	Método de Normalização indicado pelo <i>bestnormalize</i>
IEF 2012-2015	40	Yeo-Johnson
IEF 2016-2019	43	Yeo-Johnson
IED 2012-2015	40	OrderNorm
IED 2016-2019	43	Sqrt(x+a)

Elaborado pela autora.

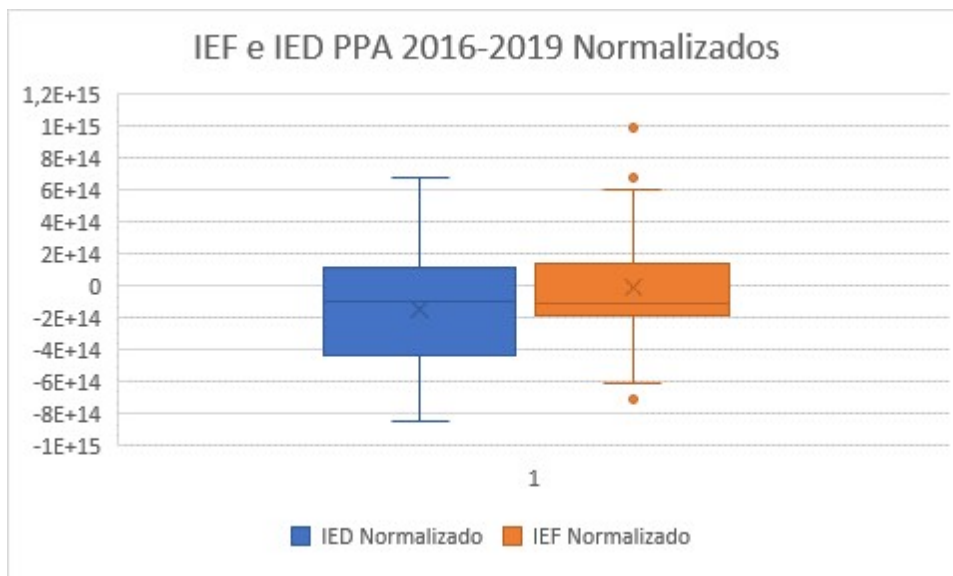
Seguindo as recomendações do pacote *bestnormalize*, para normalizar os dados, aplicou-se para cada indicador o método sugerido. Após a normalização, foram elaborados novamente os gráficos do tipo *boxplot*, resultando nas representações exibidas nos gráficos 7 e 8, adiante. Os resultados da normalização dos indicadores IED e IEF são apresentados no Apêndice D.

**Gráfico 7:** Boxplot dos indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2012-2015, após normalização



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Pesquisa.

**Gráfico 8:** Boxplot dos indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2016-2019, após normalização.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Pesquisa.

Observa-se, das representações gráficas acima, nos gráficos 7 e 8, em relação aos gráficos 5 e 7, que após normalização dos dados, estes passaram a se apresentar de maneira mais simétrica.

#### 4.6. ESTATÍSTICA INFERENCIAL - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DOS PLANOS ANALISADOS E O TESTE T

Com o propósito de identificar evidências relacionadas a alteração de comportamento dos indicadores IED e IEF em análise durante o período de 2012-2015 e 2016-2019, será utilizado nesta pesquisa o teste de média *T de student*, com auxílio do software RStudio, haja vista que os dados em análise foram submetidos ao procedimento de normalização.

As hipóteses estatísticas a serem testadas neste trabalho são as seguintes:

- $H_0$  = as médias dos períodos analisados são iguais;
- $H_1$  = as médias dos períodos analisados são diferentes.

Assim, foram obtidos os resultados expressos no Quadro 1, a seguir:

**Quadro 1:** Resultados dos Testes de Hipótese para IED 2012-2015, IED 2016-2019, IEF 2012-2015 e IEF 2016-2019.

Grupo	Teste de Hipótese	Hipótese	P-Valor
IED 2012-2015 IED 2016-2019	Teste T	H <sub>0</sub> : $\mu_{2012-2015} = \mu_{2016-2019}$ H <sub>1</sub> : $\mu_{2012-2015} \neq \mu_{2016-2019}$	0,9343
IEF 2012-2015 IEF 2016-2019	Teste T	H <sub>0</sub> : $\mu_{2012-2015} = \mu_{2016-2019}$ H <sub>1</sub> : $\mu_{2012-2015} \neq \mu_{2016-2019}$	1,0000

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Lopes (2004) e Oliveira (2016).

Ao nível de significância de 1%, observa-se que o resultado dos testes de hipótese realizados, conforme consta na tabela 5, apresentaram-se bem superiores ao nível de significância, deste modo, não é possível rejeitar a hipótese nula, sendo assim, não há diferença entre as médias dos indicadores IED e IEF dos períodos analisados.

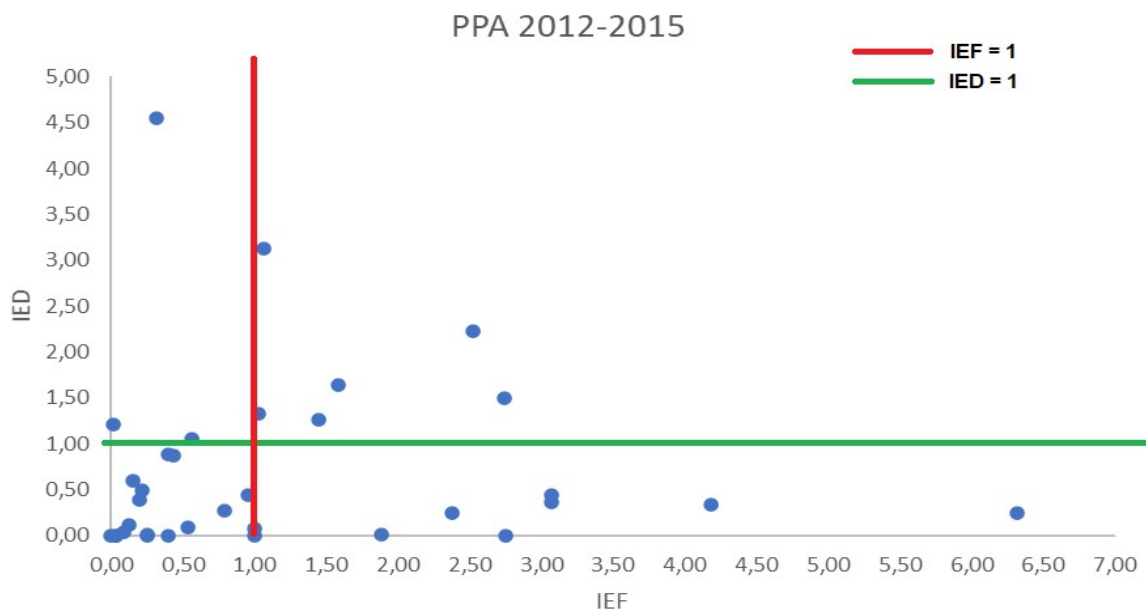
Desta forma, ao prevalecer a hipótese nula em relação à hipótese alternativa, podemos concluir que os resultados apurados para os indicadores IED e IEF foram obtidos ao acaso, em decorrência de flutuações de probabilidade e não em decorrência de um efeito real. Eventuais divergências detectadas não permitem estabelecer diferenças de desempenho entre as ações orçamentárias do PPA 2012-2015 e PPA 2016-2019, e assim concluir que um período foi superior ou inferior ao outro nestes termos, por exemplo.

#### 4.7. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE ACORDO COM O DESEMPENHO

Considerando o desempenho apurado para os indicadores IED e IEF, que avaliou o cumprimento das metas físicas e financeiras, para classificação das ações orçamentárias nos moldes estabelecidos no item 2.10 deste trabalho, utilizou-se como linha de corte os valores de IED e IEF iguais a 1, que indicam o cumprimento das metas previamente estabelecidas no PPA dotação inicial, para

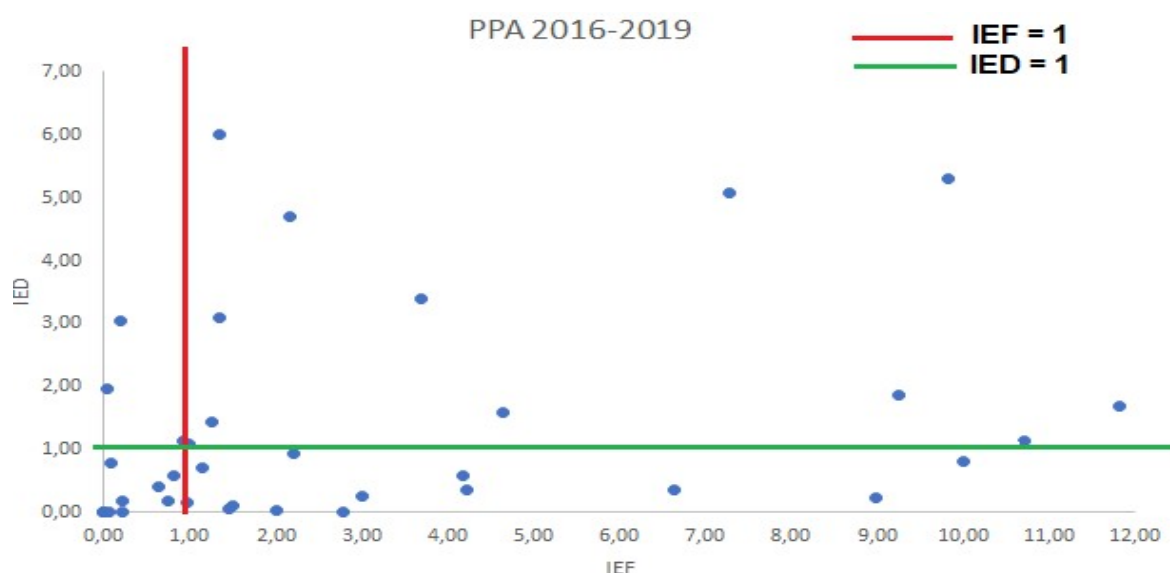
os planos relativos ao período de 2012-2015 e 2016-2019. Os gráficos 9 e 10 apresentam em gráfico de dispersão a disposição destas informações, tendo em vista a linha de corte estabelecida.

**Gráfico 9:** Dispersão dos Indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2012-2015, com destaque para linha de corte.



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Lopes (2004).

**Gráfico 10:** Dispersão dos Indicadores IEF e IED referente às ações orçamentárias analisadas do PPA 2016-2019, com destaque para linha de corte.



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Lopes (2004).

Analisando os gráficos 9 e 10 é possível observar que, em relação as metas físicas (eixo horizontal), o desempenho para o IEF se deu em conformidade com o que fora inicialmente planejado, com produtos entregues em



quantitativo igual ou superior ao que fora inicialmente planejado, conforme se abstrai dos pontos localizados à direita da linha vermelha em destaque, especialmente para o PPA 2016-2019. Das 40 (quarenta) ações orçamentárias analisadas para o período de 2012-2015, 21 (vinte e uma) atingiram valor igual ou superior a um para o indicador IEF, indicando cumprimento da meta física inicialmente programada. Das 43 (quarenta e três) ações orçamentárias analisadas para o período de 2016-2019, 27 (vinte e sete) atingiram valor igual ou superior a um para o indicador IEF, indicando cumprimento da meta física inicialmente definida. Mais da metade das ações analisadas em cada período alcançaram as metas físicas propostas no PPA versão dotação inicial.

Em relação ao IED, relativo ao cumprimento de meta financeira inicialmente programada, o resultado já se apresenta de maneira diferente, com um quantitativo de ações inferior alcançando os resultados inicialmente programados, conforme se abstrai dos pontos localizados acima da linha verde em destaque. Das 40 (quarenta) ações orçamentárias analisadas para o período de 2012-2015, apenas 13 (treze) atingiram valor igual ou superior a um para o indicador IED, indicando cumprimento da meta financeira inicialmente programada. Das 43 (quarenta e três) ações orçamentárias analisadas para o período de 2016-2019, apenas 17 (dezessete) atingiram valor igual ou superior a um para o indicador IED, indicando cumprimento da meta financeira inicialmente definida. Menos da metade das ações analisadas em cada período alcançaram as metas propostas no PPA versão dotação inicial.

Considerando a classificação proposta no item 2.10 deste trabalho, foram elaborados os quadros 2 e 3 que agrupam as ações orçamentárias de acordo com o desempenho apurado para os indicadores em estudo.

**Quadro 2:** Classificação das ações orçamentárias analisadas, de acordo com o desempenho, relativas ao PPA 2012-2015.

N	Quadrante	Desempenho	Programa	Ação Orçamentária
1	A	Baixo IEF e Alto IED	Atuação Integrada da Segurança Pública	Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado
2				Potencializar o Atendimento a Ocorrências
3				Prevenção e Preparação para Desastres
4			Atuação Integrada da	Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre

5	B	Baixo IEF e Baixo IED	Segurança Pública.	Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública		
6				Uniformes e Acessórios para os servidores do CBMAM		
7				Ampliação e Melhoria do Quadro de Pessoal do Sistema de Segurança Pública		
8				Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD		
9				Uniforme e Acessórios para o Sistema de Segurança Pública*		
10				Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores		
11			Promoção dos Direitos Humanos	Prevenção ao Uso de Drogas		
12					Divulgação e Distribuição de Material Informativo ao Consumidor	
13			Sistema Penitenciário	Incentivo às Atividades Laborais		
14				Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas		
15				Ampliação do Quadro Funcional da SEJUS		
16				Profissionalização de Detentos e Albergados		
17			Ronda no Bairro	Mobilização Social para a Segurança Pública com Cidadania		
18				Modernização das Atividades da Polícia Técnico-Científica em Perícias Criminais, Médico-Legais e Datiloscópicas		
19				Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública		
20			C	Alto IEF e alto IED	Atuação Integrada da Segurança Pública.	Operacionalização dos Programas do Plano Nacional de Segurança Pública
21						Construção e Reforma das Unidades de Segurança Pública
22						Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito
23						Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre
24	Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública					

25			Promoção dos Direitos Humanos.	Apoio e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor		
26				Promoção de Ações e Eventos em Defesa dos Direitos Humanos		
27			Ronda no Bairro.	Equipamentos, Viaturas e Aparelhamento do Sistema de Segurança Pública		
28				Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário de Estado do Amazonas		
29			Sistema Penitenciário.	Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado		
30	D	Alto IEF e baixo IED.	Atuação Integrada da Segurança Pública	Assistência ao Policiamento Animal		
31				Capacitação e Formação dos Servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros Militar e DETRAN		
32				Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico		
33				Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso		
34				Promoção dos Direitos Humanos	Recuperação e Reinserção Social de Usuários de Entorpecentes	
35					Apoio à Justiça e aos Direitos Humanos nos Municípios	
36					Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário	
37				Sistema Penitenciário	Implementação da Escola Penitenciária do Estado	
38					Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado	
39					Ronda no bairro.	Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança
40						Ações de Segurança Pública Junto às Comunidades

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa. Adaptado de Lopes (2004).

**Quadro 3:** Classificação das ações orçamentárias analisadas, de acordo com o desempenho, relativas ao PPA 2016-2019.

N	Quadrante	Desempenho	Programa	Ação Orçamentária
1	A	Baixo IEF e Alto IED	Atuação Integrada da Segurança Pública	Operacionalização dos programas do Plano Nacional de Segurança Pública

2				Potencializar o Atendimento a Ocorrências
3				Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre
4			Promoção, Defesa dos Humanos Direitos e Cidadania.	Apoio à justiça e aos Direitos Humanos nos municípios
5				Articulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social
6	B	Baixo IEF e Baixo IED	Atuação Integrada da Segurança Pública.	Criação da Escola Pública de Trânsito do Estado do Amazonas
7				Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado
8				Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso
9			Promoção, Defesa dos Humanos Direitos e Cidadania.	Operacionalização das Ações do Fundo Antidrogas
10				Reforma, Ampliação dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres
11				Construção e Aparelhamento dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres
12			Sistema Penitenciário	Incentivo às Atividades Laborais
13				Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas
14				Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado
15				Profissionalização de Detentos e Albergados
16	Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado			
17	C	Alto IEF e alto IED	Atuação Integrada da Segurança Pública	Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores
18				Fortalecimento da Frota do Sistema de Segurança Pública
19				Uniformes e acessórios para os servidores militares do Sistema de Segurança Pública
20				Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico
21				Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública

22				Reaparelhamento do Sistema de Segurança Pública
23				Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública
24				Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre
25				Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito
26				Implantação dos Postos de Atendimento do Detran – PAD
27			Promoção, Defesa dos Humanos e Direitos e Cidadania.	Gestão e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor
28			Sistema Penitenciário	Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário
29			D	Alto IEF e baixo IED.
30	Ampliação e Modernização de Serviços Técnicos			
31	Assistência ao Policiamento com Semoventes			
32	Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública			
33	Modernização e Operacionalização do Sistema dos Sistemas de Informação e Telecomunicação dos Órgãos de Segurança Pública			
34	Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança			
35	Prevenção e Preparação para Desastres			
36	Ações do Departamento de Polícia Técnico-Científica do Amazonas			
37	Construção, Reforma e Adequação do Sistema de Segurança Pública			
38	Promoção, Defesa dos Humanos e Direitos e Cidadania.	Gestão e Operacionalização da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos		
39	Gestão e Operacionalização dos Serviços de Atendimento às Mulheres			
40	Gestão e Operacionalização dos Serviços			

				de Cidadania
41				Gestão e Operacionalização dos Centros Socioeducativos
42			Sistema Penitenciário	Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas
43				Implementação da Escola Penitenciária do Estado

Como se observa nos resultados expressos no quadro 2, das ações orçamentárias analisadas do PPA 2012-2015, 3 (três) foram agrupadas no quadrante A, o que significa dizer que, muito embora tenha-se desembolsado o valor inicialmente programado para a ação, isto não foi suficiente para garantir o cumprimento da meta física previamente estabelecida. Nesse contexto, faz-se necessário avaliar adequadamente as metas propostas, visando seu melhor dimensionamento.

Das ações analisadas do PPA 2012-2015, 16 (dezesesseis) ações orçamentárias foram agrupadas no quadrante B, o que significa que não alcançaram nem a meta física nem a meta financeira inicialmente prevista, e, que tais ações também merecem atenção especial haja vista que, não alcançaram seus objetivos.

Ainda em relação ao PPA 2012-2015, 10 (dez) ações foram agrupadas no quadrante C, podendo ser consideradas eficazes pois alcançaram as metas físicas e financeiras propostas no PPA dotação inicial. Todavia, registra-se que, algumas ações apresentaram percentual de atingimento de metas significativamente superior ao programado, como é possível observar no anexo 7, o que pode significar um possível subdimensionamento de metas, o que também pode ter ocorrido com as ações classificadas no quadrante D (quinze), pois alcançaram as metas físicas, embora não tenham desembolsado os valores inicialmente programados, em alguns casos até, sem registro de despesas para o período, como foi o caso das ações *Recuperação e Reinserção Social de Usuários de Entorpecentes e Apoio a Justiça e aos Direitos Humanos nos Municípios*. Dentre os motivos que justificam o cumprimento da meta física destas ações, apesar da ausência de desembolsos, da análise dos relatórios de avaliação do PPA, neste caso o do exercício 2012, foi encontrada a justificativa de

que, tais realizações para a ação *Recuperação e Reinserção Social de Usuários de Entorpecentes* se deram em decorrência de parcerias firmadas com outros órgãos.

Os resultados apurados para os indicadores das ações orçamentárias do PPA 2012-2015 revelaram casos em que os valores para IED e/ou IEF foram iguais a 0 (zero), conforme dados do Quadro 4, que relaciona ações que não apresentaram desembolsos no período.

**Quadro 4:** Ações orçamentárias com IED e/ou IEF iguais a 0 (zero), relativas ao PPA 2012-2015.

Programa	Ação Orçamentária	IEF	IED
Atuação Integrada da Segurança Pública	Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	0,00	0,00
	Uniforme e Acessórios para o Sistema de Segurança Pública	0,03	0,00
Promoção dos Direitos Humanos	Prevenção ao Uso de Drogas	0,03	0,00
	Divulgação e Distribuição de Material Informativo ao Consumidor	0,25	0,00
	Recuperação e Reinserção Social de Usuários de Entorpecentes	0,40	0,00
	Apoio à Justiça e aos Direitos Humanos nos Municípios	1,00	0,00
Sistema Penitenciário	Ampliação do Quadro Funcional da SEJUS	2,75	0,00

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Dos dados constantes no Quadro 3, relativos às ações analisadas do PPA 2016-2019, observa-se que 5 (cinco) ações foram agrupadas no quadrante A, o que significa que, apesar de terem desembolsado o montante programado em sua dotação inicial não alcançaram os objetivos propostos, e demandam melhor dimensionamento. Já no quadrante B, 11 (onze) ações foram agrupadas pois não alcançaram nem a meta financeira e nem a meta física propostas na primeira versão do PPA.

Das ações analisadas do PPA 2016-2019, 12 (doze) ações foram classificadas no quadrante C, o que significa dizer que alcançaram as metas físicas e financeiras delineadas inicialmente, podendo nesses termos serem consideradas eficazes. Já no quadrante D foram categorizadas 15 ações que alcançaram as metas físicas mesmo sem terem desembolsado o montante inicialmente programado para tal, o que também pode ter sido consequência de

subdimensionamento de metas. Neste sentido, é possível citar como exemplo as *Ações do Departamento de Polícia Técnica-Científica do Amazonas*, que definiu como meta física inicial a emissão de 6.000 (seis mil) documentos a serem expedidos no período, e já no ano de 2016 expediu mais de 329.000 (trezentos e vinte e nove mil) documento, ocorrência que indica claramente que para este caso houve subdimensionamento da meta, apesar de o Relatório de Avaliação do exercício referido não apresentar informações detalhadas neste sentido, o mesmo qualquer explicação para desempenho tão acima da meta, situação que se repetiu no ano seguinte, 2017, com mais de 339.000 (trezentos e trinta e nove mil) documentos expedidos.

Os resultados apurados para os indicadores das ações orçamentárias do PPA 2016-2019, assim como na versão anterior, também revelaram casos em que os valores para IED e/ou IEF foram iguais a 0 (zero), conforme dados do Quadro 5, que relaciona ações que não apresentaram desembolsos no período.

**Quadro 5:** Ações orçamentárias com IED e/ou IEF iguais a 0 (zero), relativas ao PPA 2016-2019.

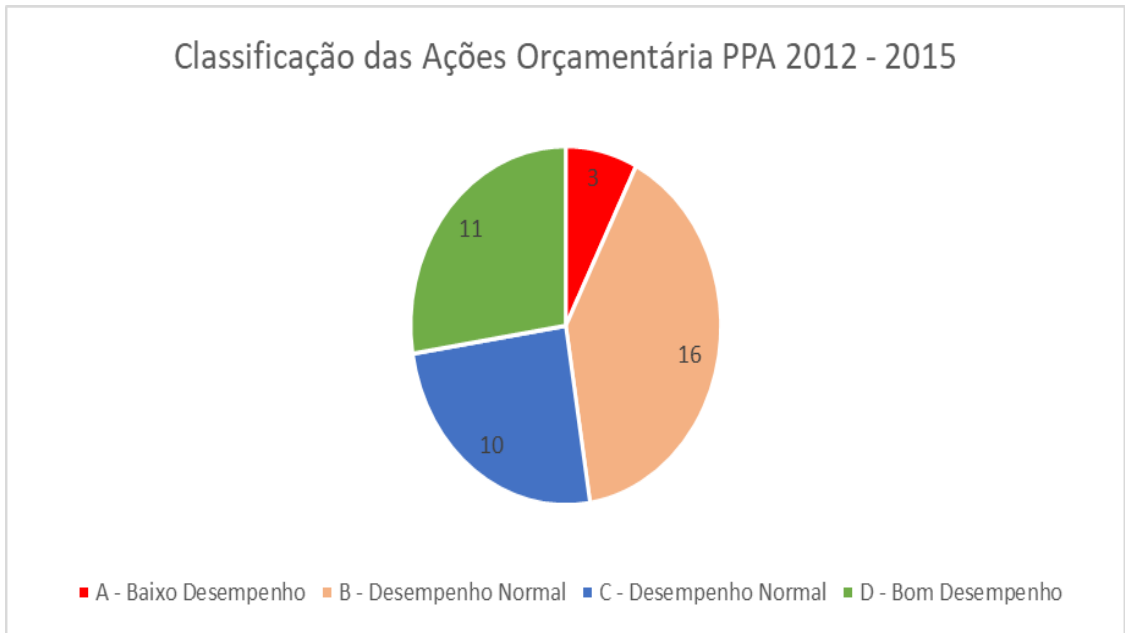
Programa	Ação Orçamentária	IEF	IED
Atuação Integrada da Segurança Pública	Criação da Escola Pública de Trânsito do Estado do Amazonas	0,00	0,00
Promoção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.	Operacionalização das Ações do Fundo Antidrogas	0,00	0,00
	Reforma, Ampliação dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres	0,00	0,00
	Construção e Aparelhamento dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres. (e de PACS A2017)	0,20	0,00
Sistema Penitenciário	Incentivo às Atividades Laborais	2,78	0,00
	Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas	0,05	0,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Os gráficos 11 e 12 apresentam um resumo da classificação realizada, com base no desempenho das ações orçamentárias estudadas, evidenciando os quadrantes nos quais estas foram categorizadas.

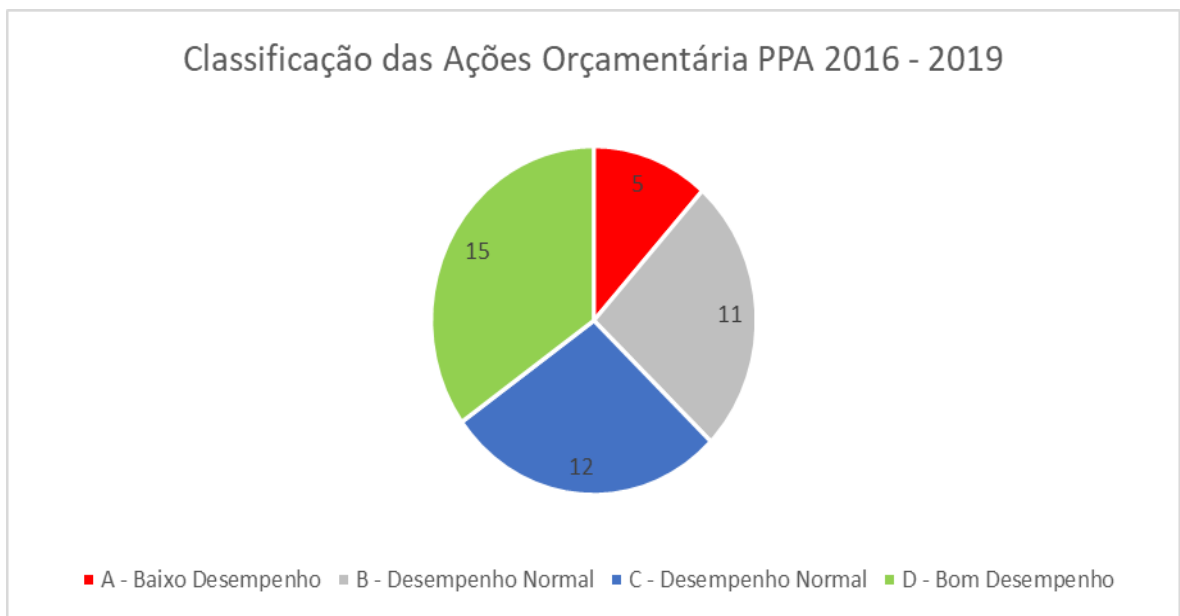
**Gráfico 11:** Agrupamento das ações orçamentárias do PPA 2012-2015, com base no desempenho apurado.





Fonte: Elaborado pela autora.

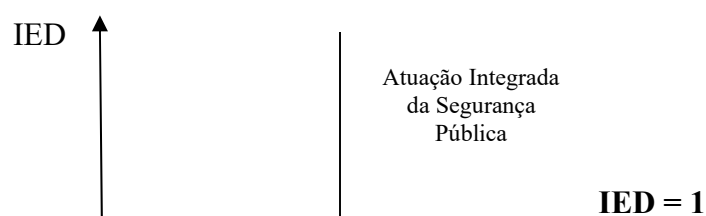
**Gráfico 12:** Agrupamento das ações orçamentárias do PPA 2016-2019, com base no desempenho apurado.



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base no desempenho dos indicadores, apurados para as ações orçamentárias, calculou-se a média do IEF e IED para os programas analisados. A partir dos resultados, foi realizado o agrupamento dos programas de acordo com o desempenho, conforme figuras 2 e 3.

**Figura 2:** Posições relativas dos programas do PPA 2012-2015 analisados com base no desempenho das ações orçamentárias.



Fonte: Adaptado de Lopes (2004).

**Figura 3:** Posições relativas dos programas do PPA 2016-2019 analisados com base no desempenho das ações orçamentárias.



Fonte: Adaptado de Lopes (2004).

A médias dos indicadores IEF e IED dos programas do PPA 2012-2015 analisados, conforme Figura 2, indicam que no período de 4 (quatro) anos foram cumpridas as metas física e financeira definidas inicialmente para o Programa *Atuação Integrada da Segurança Pública*, sendo assim categorizada no quadrante C. Todavia, conforme é possível abstrair dos resultados dos indicadores IEF e IED das ações orçamentárias, conforme Apêndice D, tal resultado é fortemente influenciado pelos valores apurados para algumas ações, onde o valor realizado é bem superior às metas inicialmente estipuladas, sendo evidenciado mais uma vez o impacto do subdimensionamento de metas no desempenhos das ações analisadas. Os programas Promoção dos Direitos Humanos, Ronda no Bairro e Sistema Penitenciário alcançaram as metas físicas, apenas, sendo assim agrupados no quadrante D. Mas, dos resultados apurados para os indicadores,

cabe destacar que algumas ações apresentaram valores realizados também bem acima do que fora estipulado como meta.

Em relação aos programas analisados do PPA 2016-2019, com base nas médias dos indicadores IEF e IED das ações orçamentárias estudadas, os programas *Atuação Integrada da Segurança Pública e Promoção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania* alcançaram as metas definidas no PPA dotação inicial no período de 2016 a 2019, sendo eficazes quanto ao alcance dos objetivos inicialmente estipulados, e assim inseridos no quadrante C. Todavia, semelhantemente ao que se observa no PPA 2012-2015, os resultados apurados para os indicadores de algumas ações orçamentárias se apresentaram em patamares que indicam subdimensionamento de metas, como é possível observar nos valores constantes no Apêndice D. O programa *Sistema Penitenciário* foi categorizado no quadrante D, o que indica que a meta financeira não foi alcançada, e a meta física sim. Os resultados IEF e IED apurados para os programas constam registrados nos Quadros 6 e 7.

**Quadro 6** - Indicadores IED e IEF dos programas analisados do PPA 2012-2015.

Quadrante	Desempenho	Programa	IEF	IED
C	Alto IEF e Alto IED	Atuação Integrada da Segurança Pública	13,47	27,06
D	Alto IEF e Baixo IED	Promoção dos Direitos Humanos	6,38	0,45
D	Alto IEF e Baixo IED	Ronda no Bairro	1,70	0,47
D	Alto IEF e Baixo IED	Sistema Penitenciário	15,73	0,67

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Lopes (2004).

**Quadro 7** - Indicadores IED e IEF dos programas analisados do PPA 2016-2019.

Quadrante	Desempenho	Programa	IEF	IED
C	Alto IEF e Alto IED	Atuação Integrada da Segurança Pública	9,24	2,26
C	Alto IEF e Alto IED	Promoção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania	2,68	3,20
D	Alto IEF e Baixo IED	Sistema Penitenciário	1,02	0,59

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Lopes (2004).

Os resultados apurados para a média dos indicadores, como se observa nos Quadros 6 e 7, indicam um desempenho eficaz dos programas no que diz

respeito às metas físicas, com alcance dos objetivos significativamente além da meta definida na dotação inicial dos planos plurianuais. No entanto, como já dito, os números refletem indícios de subdimensionamento de algumas metas. Tal fato, é observado e reconhecido nos Relatórios de Avaliação dos Planos, em mais de uma vez, haja vista as várias referências neste sentido feitas neste documento, que exemplificamos no Quadro 8, adiante.

**Quadro 8** – Referências a ocorrência de subdimensionamento de metas nos Relatórios Anuais de Avaliação do PPA.

<b>Programa</b>	<b>Relatório</b>	<b>Referência</b>
Atuação Integrada da Segurança Pública	Relatório de Avaliação PPA (Exercício 2012).	<i>Observa-se que o valor programado de R\$ 35.185.700,00 foi <b>subdimensionado</b> considerando a insuficiência de recursos por ocasião da proposta orçamentária, ocorrendo também nos dados físicos de algumas ações a exemplo da Ação Socorro e Assistência às Vítimas de Desastres com uma previsão de atender 500 passando para 48.978,00 pessoas vítimas dos desastres.</i>
Sistema Penitenciário	Relatório de Avaliação PPA (Exercício 2012).	<i>Observa-se que do total das ações existentes, os dados financeiros programados foram <b>subdimensionados</b> em relação ao autorizado, o que corresponde aos recursos financeiros abertos de fontes de Convênios.</i>
Ronda no Bairro	Relatório de Avaliação PPA (Exercício 2012).	<i>Observa-se que algumas ações foram <b>subdimensionadas</b> na programação, a exemplo da ação de Segurança Pública junto as Comunidades com previsão de beneficiar 7.804 pessoas passando à atender 67.145 considerando a grande demanda do público alvo.</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios Anuais de Avaliação do PPA analisados.

A ocorrências apontadas no Quadro 8, assim como outras que levaram aos resultados superestimados de desempenho dos indicadores calculados na pesquisa denotam a necessidade de adoção de medidas que visem o dimensionamento de metas de forma mais adequada e compatíveis com o que vêm sendo proposto nos Planos Plurianuais, por parte dos Gestores.

## 5. CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo analisar o desempenho dos Planos Plurianuais do Governo do Estado do Amazonas dos períodos de 2012 a 2015 e 2016 a 2019, visando apurar quão eficazes foram as ações orçamentárias e

programas da área da segurança pública voltados para o controle da criminalidade.

A referida análise se deu a partir de indicadores de desempenho baseados na meta física (IEF) e meta financeira (IED) definidas para cada ação orçamentária, na primeira versão de cada PPA, no propósito de assim verificar também a adequabilidade dos objetivos delineados pelo governo, em seu planejamento inicial.

Informações constantes nos Relatórios Anuais de Avaliação subsidiaram a coleta de dados relativa à execução dos Planos Plurianuais, apesar de nem todos os programas selecionados para estudo serem periodicamente avaliados por este mecanismo, situação que foi detectada ao longo da pesquisa e análise documental, que também revelou que ao longo do período de vigência dos planos alguns programas passaram alterações significativas na programação financeira, ações e até descontinuidade, em alguns casos, a exemplo do Programa Todos Pela Vida. Diante das limitações, do PPA 2012-2015 foram apurados os indicadores IED e IEF dos programas Atuação Integrada da Segurança Pública, Sistema Penitenciário, Ronda no Bairro e Promoção dos Direitos Humanos, a partir das respectivas ações orçamentárias. De igual forma, em relação ao PPA 2016-2019, se desenvolveu a análise dos programas Atuação Integrada da Segurança Pública, Promoção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e, Sistema Penitenciário.

Precedeu a análise comparativa de desempenho dos dois planos, a partir dos indicadores delineados, considerando as ações orçamentárias e programas selecionados para estudo, técnicas de estatística descritiva e inferencial, com a aplicação de teste de normalidade e procedimento de normalização dos dados, haja vista que a estatística descritiva dos dados revelou que a amostra selecionada apresentava discrepâncias. O teste de média permitiu concluir pela inexistência de diferenças significativas de desempenho entre os PPAs.

Dos resultados dos indicadores, em relação as 40 (quarenta) ações orçamentárias analisadas do PPA 2012-2015 foi possível concluir que 10 (dez) alcançaram as metas física e financeira, podendo ser consideradas eficazes quanto a este aspecto. Nesse agrupamento, destaca-se o programa Atuação Integrada da Segurança Pública, com 8 (oito) das 10 (dez) ações assim

classificadas. Noutra ponta, 16 (dezesseis) ações orçamentárias apresentaram um desempenho oposto, ficando abaixo do esperado para ambas as metas. Dentre estas ações, pode-se citar incentivo às atividades laborais e mutirão de execução penal do Programa Sistema Penitenciário. Também foram detectadas ações que não apresentaram qualquer desembolso no período de sua implementação: 7 (sete) ações nesta condição.

Em relação ao PPA 2016-2019, das 43 (quarenta e três) ações orçamentárias analisadas, a partir do desempenho apurado para os indicadores, 12 (doze) ações orçamentárias apresentaram um desempenho considerado eficaz, por terem alcançado as metas inicialmente propostas. Neste agrupamento, mais uma vez destaca-se o programa Atuação Integrada da Segurança Pública com 10 (dez) ações assim categorizadas. Com baixo IEF e baixo IED foram agrupadas 11 (onze) ações, das quais a maioria pertence ao programa Sistema Penitenciário, com cinco ações neste grupo. Ainda em relação ao PPA 2016-2019, foram identificadas 6 (seis) ações orçamentárias que não apresentaram desembolsos no período.

Da análise de desempenho dos programas, com base na média dos indicadores IED e IEF de suas ações, foi considerado eficaz no que diz respeito às metas físicas e financeiras do PPA 2012-2015 (dotação inicial) apenas o programa Atuação Integrada da Segurança Pública. Já em relação ao PPA 2016-2019, com base na mesma análise, além deste programa, também foi considerado eficaz o programa Promoção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

No estudo também, face aos resultados apurados para os indicadores, especialmente o IEF, foram detectadas discrepâncias que podem indicar subdimensionamento de metas para algumas ações. Em alguns casos, tal situação foi reconhecida e registrada no Relatório de Avaliação do PPA do exercício 2012. Este tipo de ocorrência gerou impactos significativos na avaliação dos programas, tendo em vista que o critério utilizado nas análises desenvolvidas considerou o cumprimento de metas, onde alguns casos apresentaram alcance em patamares significativamente elevados em relação aos objetivos iniciais. Este tipo de ocorrência também aponta para a necessidade de revisão dos métodos adotados para o dimensionamento das metas constantes nos Planos Plurianuais.

Dos resultados apurados, espera-se que a pesquisa contribua para promoção do acompanhamento das ações governamentais, sendo útil para gestores, órgãos de fiscalização e sociedade.

Importante mencionar que este trabalho se desenvolveu apenas com base nos dados apurados e se ateve a análise de desempenho considerando o cumprimento de metas, não sendo questionado aqui a efetividade das ações analisadas, a eventual influência de fatores internos e externos, ou ainda, a maneira como foi realizada a aplicação destes recursos. Tais abordagens podem ser objeto de pesquisas futuras.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ciro Brasil. **Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (PPA) e do Orçamento no Governo do Estado de Sergipe: Desafios para a Transparência**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública), Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2017.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

AMAZONAS (Estado), Constituição (1989). **Constituição do Estado do Amazonas**-Unidade federativa do Brasil. Amazonas, Manaus: Assembleia Legislativa.

AMAZONAS (Estado), Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório de Avaliação PPA 2016 - 2019** (Exercício 2016). Amazonas, 2017. 278 p.

AMAZONAS (Estado), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório de Avaliação PPA 2016 - 2019** (Exercício 2018). Amazonas, 2019. 273 p. Disponível em: <<http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio-de-avaliacao-ppa-2016-2019-exercicio-2018.pdf>> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório de Avaliação PPA 2016 - 2019** (Exercício 2017). Amazonas, 2018. 265 p. Disponível em: <<http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio-de-avaliacao-ppa-2016-2019-exercicio-2017.pdf>> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório de Avaliação PPA 2012 - 2015** (Exercício 2015). Amazonas, 2016. 255 p. Disponível em: <[http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio de avaliacao ppa exercicio 2015.pdf](http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio_de_avaliacao_ppa_exercicio_2015.pdf)> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório de Avaliação PPA 2012 - 2015** (Exercício 2012). Amazonas, 2013. 257 p. Disponível em: <[http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio de avaliacao ppa exercicio 2012.pdf](http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio_de_avaliacao_ppa_exercicio_2012.pdf)> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório de Avaliação PPA 2012 - 2015** (Exercício 2013). Amazonas, 2014. 248 p. Disponível em: <[http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio de avaliacao ppa exercicio 2013.pdf](http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio_de_avaliacao_ppa_exercicio_2013.pdf)> Acesso em 06/07/2020.



AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório de Avaliação PPA 2012 - 2015** (Exercício 2014). Amazonas, 2015. 255 p. Disponível em: < [http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio de avaliacao\\_ppa\\_exercicio\\_2014.pdf](http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio_de_avaliacao_ppa_exercicio_2014.pdf)> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). **Lei nº 3.844 de 21 de dezembro de 2012 que altera o Plano Plurianual do Estado do Amazonas para o período de 2012-2015 (Plano Plurianual 2012-2015 – 1ª Revisão)**. Amazonas, 2012. 96 p. Disponível em: < [http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/revisao\\_ppa\\_2012\\_2015\\_exercicio\\_2013.pdf](http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/revisao_ppa_2012_2015_exercicio_2013.pdf)> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **PPA 2012 - 2015 Revisão (Exercício 2014)**. Amazonas, 2013. 102 p. Disponível em: < [http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/revisao\\_ppa\\_2012\\_2015\\_exercicio\\_2014.pdf](http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/revisao_ppa_2012_2015_exercicio_2014.pdf)> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **PPA 2012 - 2015 Revisão (Exercício 2015)**. Amazonas, 2014. 110 p. Disponível em: < [http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/revisao\\_ppa\\_2012\\_2015\\_exercicio\\_2015.pdf](http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/revisao_ppa_2012_2015_exercicio_2015.pdf)> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). **Lei nº 4.410 de 29 de dezembro de 2016 que altera o Plano Plurianual para o período 2016-2019**. Amazonas, 2016. 26 p. Disponível em: < <http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/lei-revisao-ppa-2016-2019-exercicio-2017.pdf>> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). **Lei nº 4.531 de 28 de dezembro de 2017 que altera o Plano Plurianual para o período 2016-2019**. Amazonas, 2017. 23 p. Disponível em: < <http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/lei-revisao-ppa-2016-2019-exercicio-2018.pdf>> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). **Lei nº 4.744 de 31 de dezembro de 2018 que altera o Plano Plurianual para o período 2016-2019**. Amazonas, 2018. 59 p. Disponível em: < <http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/lei-revisao-ppa-2016-2019-exercicio-2019.pdf>> Acesso em 06/07/2020.

AMAZONAS (Estado). **Lei Estadual n. 4.268 de 15 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2016-2019. Disponível em: <<http://www.seplancti.am.gov.br/planejamento/>> Acesso em 20/03/2018.

AMAZONAS (Estado). **Lei Estadual n. 4.540 de 29 de dezembro de 2017**. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018. Disponível em: < <http://www.sefaz.am.gov.br/>> Acesso em 05/02/2020.

BEATO FILHO, Claudio Chaves, **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Público Aplicado ao Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARDOSO, Nathan Ribeiro. O Plano Plurianual 2010-2013 do Município de Jequitinhonha/MG: Uma Análise de Conteúdo do seu Ciclo de Gestão. In: **V Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica**. 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Centro de Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; FÁTIMA E SILVA, Maria do Rosário de. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, 2012.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Revista de ciências sociais**, v. 47, n. 2, 2004.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n.5, p.969 a 992, jan. 2003.

COTTA, Tereza Cristina. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001.

DANCEY, Christine & REIDY, John. **Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE FARIA, Carlos Aurelio Pimenta. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 20, n. 59, 2005.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 51, fev-2003.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERNANDES, Ninon Fonseca. **Políticas Públicas e Recursos Orçamentários: Uma Análise dos Planos Plurianuais do Governo da Bahia 2004-2011**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Instituto de**

**Estudos Econômicos e Sociais**, São Paulo, v. 1, n.3, p.107 a 127, set/dez. 1986.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6ª Edição, São Paulo, 2008.

HASTIE, Trevor; TIBISHIRANI, Robert; FRIEDMAN, Jerome. **The Elements of Statistical Learning**. 2. Ed. Estados Unidos: California, 2008.

HENRY, Gary T. How modern democracies are shaping evaluation and the emerging challenges for evaluation. **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 3, p. 419-429, Sept. 2001.

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Atlas da Violência 2019.**, Brasília: 2019.

SZABÓ, Ilona; RISSO, Melina. **Segurança Pública para virar o jogo**. Rio de Janeiro: Sahar, 2018.

LOBO, Thereza. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-84.

MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-28.

MELO, Rubem Pinto de. **Gestão Estratégica de Programas: eficiência, eficácia, efetividade e aprendizado contínuo como critérios de avaliação do plano plurianual**. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal de Rondônia – Núcleo de Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração, Porto Velho, 2008.

MARTNER, Gonzalo. **Planificación Y presupuesto por programas**. 4. Ed. México: Siglo Veintutino, 1972 apud GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

MOKATE, Karen Marie. Convertiendo el “monstruo” en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 89-131, jan./mar. 2002.

PETERSON, Ryan Andrew. Package ‘bestNormalize’. Disponível em: <<https://github.com/petersonR/bestNormalize>>. Acesso em 21/11/2020.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208 p.

SARAIVA, E.; FERAREZI, E. **Políticas Públicas**. Brasília: Editora ENAP, 2006.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. São Paulo: Cenage Learning, 2013.

SUBIRATS, J. **Definición del problema. Relevância pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos**. In: ——. *Análisis de políticas y eficacia de la administración*. Madrid: Instituto Nacional de administración Pública, 1989. p. 47-66 (Série Administración General).

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Crime e cidade: Violência Urbana e a Escola de Chicago**. Editora Lumen Juris, 2007.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n.3, p.529 a 550, mai/jun. 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. - 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

## APÊNDICE A - AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS SELECIONADOS PARA ESTUDO (PPA 2012-2015 E PPA 2016-2019)

**Ações orçamentárias registradas no PPA 2012-2015 selecionadas para análise e respectivas metas físicas e financeiras conforme Lei 3.696 de 23/12/2011.**

ÁREA TEMÁTICA	PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PRODUTO	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA PPA	META FINANCEIRA PPA
SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	ATUAÇÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública	Procedimento Realizado (Unidade)	Estado	7.300,00	4.000.000,00
		Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico	Ação realizada (Unidade)	Estado	125,00	7.131.710,00
		Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública	Profissional qualificado (Unidade)	Estado	5.000,00	1.800.000,00
		Ampliação e Melhoria do Quadro de Pessoal do Sistema de Segurança Pública	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	14.239,00	3.916.745,00
		Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito	Campanha realizada (Unidade)	Estado	23,00	3.708.224,00
		Capacitação e Formação dos Servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros Militar e DETRAN	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	6.710,00	6.020.602,00
		Construção e Reforma das Unidades de Segurança Pública	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	395,00	46.920.364,00
		Emissão e Documentação de Veículos Automotores	Documentação emitida (Unidade)	Estado	2.550.000,00	39.869.180,00
		Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso	Ação de inteligência (Unidade)	Estado	40,00	2.540.000,00
		Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	Posto implantado (Unidade)	Estado	4,00	730.000,00
		Modernização e Ampliação do Sistema de	Equipamento adquirido (Unidade)	Estado	449,00	12.750.810,00

	Telecomunicações do Sistema de Segurança Pública					
	Potencializar o Atendimento a Ocorrências	Ocorrência atendida (Unidade)	Estado	32.000,00	3.696.390,00	
	Prevenção e Preparação para Desastres	Intervenção realizada (Unidade)	Estado	137,00	2.626.595,00	
	Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre	Área reconstruída (KM quadrado)	Estado	11,00	376.000,00	
	Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado	Sinalização horizontal e vertical implantada (Unidade)	Estado	32,00	5.700.000,00	
	Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre	Pessoas vitimadas (Unidade)	Estado	2.145,00	356.370,00	
PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	Apoio à Justiça e aos Direitos Humanos nos Municípios	Município assistido (Unidade)	Estado	8,00	200.000,00	
	Apoio e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor	Consumidor atendido (Unidade)	Estado	1.200,00	2.847.982,00	
	Divulgação e Distribuição de Material Informativo ao Consumidor	Consumidor atendido (Unidade)	Estado	800,00	72.000,00	
	Prevenção ao Uso de Drogas	Evento realizado (Unidade)	Estado	248,00	174.678,00	
	Promoção de Ações e Eventos em Defesa dos Direitos Humanos	Cidadão atendido (Unidade)	Estado	1.200,00	1.080.000,00	
	Recuperação e Reinserção Social de Usuários de Entorpecentes	Pessoa assistida (Unidade)	Estado	100,00	65.364,00	
	RONDA NO BAIRRO	Ações de Segurança Pública Junto às Comunidades	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	1.850,00	4.401.150,00
Ações de Segurança Pública Junto às Comunidades		Pessoa beneficiada (Unidade)	Região Metropolitana	28.816,00	20.000,00	
Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança		Servidor/policial assistido (Unidade)	Estado	18.078,00	1.354.722,00	
Assistência ao Policiamento Animal		Animal apto para o policiamento (Unidade)	Região Metropolitana	132,00	7.086.182,00	
Equipamentos, Viaturas e		Equipamento adquirido	Estado	5.084,00	6.243.695,00	

	Aparelhamento do Sistema de Segurança Pública Equipamentos, Viaturas e	(Unidade)				
	Aparelhamento do Sistema de Segurança Pública Mobilização Social para a Segurança Pública com Cidadania	Equipamento adquirido (Unidade)	Região Metropolitana	75,00	60.000.000,00	
	Modernização das Atividades da Polícia Técnico-Científica em Perícias Criminais, Médico-Legais e Datiloscópicas	Evento realizado (Unidade)	Estado	199,00	2.014.556,00	
	Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública Uniforme e Acessórios para o Sistema de Segurança Pública Uniformes e Acessórios para os servidores do CBMAM	Documento expedido (Unidade)	Estado	1.216.527,00	3.838.710,00	
		Operação realizada (Unidade)	Estado	5.680,00	14.728.955,00	
		Operação realizada (Unidade)	Estado	3.358,00	8.556.390,00	
		Uniformes adquiridos (Unidade)	Estado	2.580,00	1.640.000,00	
SISTEMA PENITENCIÁRIO	Ampliação do Quadro Funcional da SEJUS	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	40,00	4.000,00	
	Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado	Unidade construída (Unidade)	Estado	8,00	11.500.000,00	
	Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário	Unidade equipada (Unidade)	Estado	16,00	14.255.560,00	
	Implementação da Escola Penitenciária Do Estado	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	250,00	320.000,00	
	Incentivo a Atividades Laborais	Custodiado beneficiado (Unidade)	Estado	840,00	76.000,00	
	Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas	Processo tramitado (Unidade)	Estado	40,00	4.000,00	
	Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário de Estado do Amazonas	Apenado assistido (Unidade)	Estado	692,00	3.152.884,00	
	Profissionalização de Detentos e Albergados	Apenado profissionalizado (Unidade)	Estado	3.510,00	567.800,00	

		Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado	Unidade reformada e ampliada (Unidade)	Estado	16,00	11.500.000,00
	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção da Creche e do Colégio Militar da Polícia Militar	Aluno matriculado (Unidade) Militar, dependente e	Região Metropolitana	3.996,00	189.646,00
		Manutenção das Unidades de Saúde da Polícia Militar	funcionário civil da PM atendido (Unidade)	Estado	4.950,00	599.614,00
		Melhoria das Unidades do Sistema de Segurança Pública	Unidade mantida (Unidade)	Estado	188,00	40.833.740,00
		Modernização e Manutenção do Sistema de Informações dos Órgãos de Segurança Pública	Sistema mantido (Unidade)	Estado	78,00	19.794.575,00
		Operacionalização da Frota do Sistema de Segurança Pública	Frota mantida (Unidade)	Estado	1.920,00	58.650.073,00
		Operacionalização do Serviço de Alimentação	Servidor beneficiado (Unidade)	Estado	1.254,00	2.410.000,00
		Operacionalização do Serviço de Alimentação	Servidor beneficiado (Unidade)	Região Metropolitana	10.475,00	72.909.687,00
		Operacionalização dos Programas do Plano Nacional de Segurança Pública	Programa apoiado (Unidade)	Estado	39,00	15.972.780,00
	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	Manutenção do Sistema Penitenciário no Estado	Unidade mantida (Unidade)	Estado	72,00	208.019.576,00
SOCIAL	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DA DEFESA E DA CIDADANIA	Ampliação do Quadro de Defensores e Servidores	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	95	110.398,00
		Ampliação e Manutenção da Estrutura da Tecnologia da Informação	Unidade equipada (Unidade)	Estado	1,00	3.672.003,00
		Aquisição, Construção, Reforma e Equipamento de Unidades da DPE	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	4,00	6.659.001,00
		Atendimento Jurídico Especializado	Pessoa assistida (Unidade)	Estado	873.878,00	7.200.000,00



	Gratuito					
	Ressocialização dos Jovens em Liberdade Provisória e Familiares de Detentos	Família assistida (Unidade)	Estado		7.129,00	800.000,00

**Ações orçamentárias registradas no PPA 2016-2019 selecionadas para análise e respectivas metas físicas e financeiras conforme Lei 4.268 de 15/12/2015.**

ÁREA TEMÁTICA	PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PRODUTO	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA PPA	META FINANCEIRA PPA
SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	ATUAÇÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública	Procedimento Realizado (Unidade)	Estado	240,00	434.984,00
		Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico	Ação realizada (Unidade)	Estado	3.102,00	5.148.207,00
		Ações do Departamento de Polícia Técnico-Científica do Amazonas	Documento Expedido (Unidade)	Estado	6.000,00	2.726.994,00
		Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública	Profissional qualificado (Unidade)	Estado	1.200,00	3.075.063,00
		Ações Integradas de Combate à Criminalidade nas áreas de Fronteiras e de Divisas do Amazonas	Ação realizada (Unidade)	Estado	160,00	9.610.000,00
		Ações integradas de Segurança Pública junto à Sociedade	Evento Realizado (Unidade)	Estado	112,00	257.731,00
		Ampliação e Modernização de Serviços Técnicos	Unidade Estruturada (Unidade)	Estado	1,00	393.371,00
		Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança	Servidor/Policial Assistido (Unidade)	Estado	1.600,00	345.325,00
		Assistência ao Policiamento com Semoventes	Animal apto para o policiamento (Unidade)	Estado	42,00	7.948.320,00
		Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito	Campanha realizada (Unidade)	Estado	40,00	2.200.000,00
		Construção, Reforma e Adequação do Sistema de Segurança Pública	Percentual de execução física (Percentual)	Estado	38,00	12.055.593,00

Criação da Escola Pública de Trânsito do Estado do Amazonas	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	2.940,00	4.000.000,00
Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores	Documentação emitida (Unidade)	Estado	400.000,00	36.000.000,00
Fortalecimento da Frota do Sistema de Segurança Pública	Veículo Operacionalizado (Unidade)	Estado	1.771,00	190.361.286,00
Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso	Ação de inteligência (Unidade)	Estado	16.786,00	1.689.000,00
Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	Posto implantado (Unidade)	Estado	4,00	200.000,00
Modernização e Operacionalização do Sistema dos Sistemas de Informação e Telecomunicação dos Órgãos de Segurança Pública	Sistema Operacionalizado (Unidade)	Estado	102,00	39.011.213,00
Operacionalização dos programas do Plano Nacional de Segurança Pública	Programa apoiado (Unidade)	Estado	76,00	21.529.044,00
Potencializar o Atendimento a Ocorrências	Ocorrência atendida (Unidade)	Estado	30.292,00	5.729.400,00
Prevenção e Preparação para Desastres	Intervenção realizada (Unidade)	Estado	20,00	4.103.000,00
Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre	Área reconstruída (metro quadrado)	Estado	69,00	115.000,00
Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública	Operação realizada (Unidade)	Estado	580,00	918.260,00
Reaparelhamento do Sistema de Segurança Pública	Unidade Reaparelhada (Unidade)	Estado	50,67	3.033.008,00
Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado	Sinalização horizontal e vertical implantada (Unidade)	Estado	40,00	8.593.000,00
Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre	Família assistida (Unidade)	Estado	32.100,00	10.730.000,00
Uniformes e acessórios para os servidores militares do Sistema de Segurança Pública	PoliciaI militar unifromizado e equipado (Unidade)	Estado	278,33	1.575.989,00

PROMOÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Ampliação do quadro funcional da SEJUSC	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	60,00	240.000,00
	Apoio à justiça e aos Direitos Humanos nos municípios	Município assistido (Unidade)	Estado	5,00	2.400.000,00
	Articulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	240,00	240.000,00
	Capacitação, Treinamento, e Atualização de Servidores	Servidor Capacitado (Unidade)	Estado	400,00	3.200.000,00
	Construção e Aparelhamento dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres.	Centro Construído (Unidade)	Estado	20,00	15.167.000,00
	Gestão e Operacionalização da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Cidadão Atendido (Unidade)	Estado	8.000,00	14.240.000,00
	Gestão e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor	Consumidor Atendido (Unidade)	Estado	8.000,00	6.329.000,00
	Gestão e Operacionalização dos Centros Socioeducativos	Adolescente e jovem atendido (Unidade)	Estado	4.000,00	46.380.000,00
	Gestão e Operacionalização dos Serviços de Atendimento às Mulheres	Mulher Assistida (Unidade)	Estado	4.000,00	26.240.000,00
	Gestão e Operacionalização dos Serviços de Cidadania	Atendimento Realizado (Unidade)	Estado	600.000,00	75.216.000,00
	Implantação e Reforma das Unidades de Pronto Atendimento ao Cidadão - PAC	Unidade Implantada (Unidade)	Regiões do Triângulo e Metropolitana	2,00	20.000,00
	Implementação das Unidades de Pronto Atendimento ao Cidadão - PAC	Atendimento Realizado (Unidade)	Região do baixo AM e Metropolitana	16.620.000,00	27.734.860,00
	Operacionalização das Ações do Fundo Antidrogas	Cidadão Beneficiado (Unidade)	Estado	400,00	465.000,00

		Reforma, Ampliação dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres	Centro reformado/adequado (Unidade)	Estado	4,00	2.000.000,00
	SISTEMA PENITENCIÁRIO	Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado	Unidade Construída (Unidade)	Estado	6,00	19.950.000,00
		Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário	Unidade Equipada (Unidade)	Estado	6,00	2.420.000,00
		Implementação da Escola Penitenciária do Estado	Servidor Capacitado (Unidade)	Estado	250,00	1.150.000,00
		Incentivo às Atividades Laborais Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas	Custodiado Beneficiado (Unidade)	Estado	1.700,00	700.000,00
		Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas	Processo Tramitado (Unidade)	Estado	1.500,00	753.000,00
		Profissionalização de Detentos e Albergados	Apenado Assitado (Unidade)	Estado	820,00	3.950.000,00
		Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado	Apenado Profissionalizado (Unidade)	Estado	3.450,00	2.140.000,00
			Unidade reformada e ampliada (Unidade)	Estado	6,00	3.385.000,00
		GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Ampliação do Quadro de Pessoal do Sistema de Segurança Pública	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	1.210,00
	Capacitação e Formação dos Servidores do Sistema de Segurança Pública		Servidor Capacitado (Unidade)	Estado	748,00	934.155,00
	Manutenção da Creche e do Colégio Militar da Polícia Militar		Aluno Matriculado (Unidade)	Região Metropolitana	3.996,00	1.442.000,00
	Manutenção das Unidades de Saúde da Polícia Militar		Unidades de Saúde Mantidas (Unidade)	Estado	12,00	1.300.000,00
	Manutenção das Unidades do Sistema de Segurança Pública		Unidade Mantida (Unidade)	Estado	171,00	73.818.195,00
	Operacionalização do Serviço de Alimentação		Servidor Beneficiado (Unidade)	Estado	1.200,00	118.231.883,00

	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	Manutenção do Sistema Penitenciário no Estado	Unidade Mantida (Unidade)	Estado	6,00	740.626.250,00
	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DA DEFESA E DA CIDADANIA	Amparo e valorização ao defensor público e aos Servidores da DPE	Defensor Público e Servidor Beneficiado (Unidade)	Estado	365,00	16.055.725,00
		Ampliação do Quadro Funcional da DPE	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	300,00	351.175,00
		Ampliação e Manutenção da Estrutura da Tecnologia da Informação	Unidade Equipada (Unidade)	Estado	284,00	5.682.500,00
		Atendimento Jurídico Especializado	Pessoa Atendida (Unidade)	Estado	770.000,00	9.735.400,00
		Atendimento Jurídico Especializado Itinerante	Pessoa Atendida (Unidade)	Estado	5.400,00	94.000,00
		Desenvolvimento Institucional da DPE	Procedimento e Projeto Implantado (Unidade)	Estado	4,00	455.175,00
		Formação e Aperfeiçoamento dos Defensores Públicos e dos Servidores da DPE	Defensor Público e Servidor Capacitado (Unidade)	Estado	140,00	568.675,00
		Implantação e Implementação da Unidades Básicas de Atendimento	Unidade Construída, Reformada e Equipada (Unidade)	Estado	284,00	11.405.875,00
		Operacionalização da Escola Superior da Defensoria Pública	Curso ou evento realizado (Unidade)	Estado	170,00	683.000,00
SOCIAL		TODOS PELA VIDA	Ações de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar	Cidadão Atendido (Unidade)	Estado	400,00
	Ações de Prevenção às Drogas em Articulação com a Rede de Serviços		Evento Realizado (Unidade)	Estado	240,00	2.400.000,00
	Ações integradas de Prevenção à Violência e Defesa Social		Atendimento Realizado (Unidade)	Estado	45.080,00	5.277.295,00
	Assistência Financeira aos Estabelecimentos de Ensino por meio das Unidades		Escola Atendida (Unidade)	Estado	639,00	206.000.000,00

Executoras - Todos Pela Vida - Educação Capacitação dos Profissionais Envolvidos no Programa Todos Pela Vida	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	4.500,00	747.941,00
Desenvolvimento de Ações Itinerantes de Trabalho e Cidadania	Trabalhador Atendido (Unidade)	Estado	167.000,00	1.549.400,00
Desenvolvimento de Projetos e Atividades Educacionais Junto à Comunidade	Adolescente e jovem atendido (Unidade)	Estado	13.000,00	16.682.000,00
Desenvolvimento do Projeto Economia Solidária Amazonense	Empreendimento Solidário Implantado (Unidade)	Estado	20.860,00	10.870.700,00
Desenvolvimento do Projeto Reeducar Cidadão	Cidadão Beneficiado (Unidade)	Estado	87.000,00	1.359.000,00
Galera Nota 10	Adolescente e jovem atendido (Unidade)	Região Metropolitana	26.700,00	11.146.266,00
Gestão para Resultados no Âmbito do Programa Todos Pela Vida	Sistema de Informação Implantado (Unidade)	Estado	1,00	1.879.222,00
Implantação dos Núcleos Integrados de Proteção Social (NIPS)	Núcleo Implantado (Unidade)	Região Metropolitana	30,00	1.034.431,00
Implementação dos Núcleos Integrados de Proteção Social (NIPS)	Atendimento Realizado (Unidade)	Região Metropolitana	112.500,00	15.721.280,00
Implementação Intersetorial das Ações de Saúde no Programa Todos Pela Vida	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	920,00	42.000,00
Política de Conscientização e Informação Para Controle e Diminuição de Acidentes de Trânsito	Atividade Realizada (Unidade)	Estado	20,00	200.000,00
Proteção Integral à Criança e ao Adolescente	Criança e Adolescente Atendido (Unidade)	Estado	2.000,00	11.393.000,00
Reintegração Social da Pessoas Privadas de Liberdade	Projeto Desenvolvido (Unidade)	Estado	8,00	3.915.000,00
Serviço de Atendimento Psicossocial para Pessoas com	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	6.000,00	895.000,00

	Deficiência	
--	-------------	--

## APÊNDICE B – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SELECIONADAS PARA APURAÇÃO DOS INDICADORES IED E IEF.

### Ações orçamentárias PPA 2012-2015 selecionadas para cálculo dos indicadores IEF e IED.

ÁREA	PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PRODUTO
SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	ATUAÇÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública	Procedimento Realizado (Unidade)
		Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico	Ação realizada (Unidade)
		Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública	Profissional qualificado (Unidade)
		Ampliação e Melhoria do Quadro de Pessoal do Sistema de Segurança Pública	Cargo preenchido (Unidade)
		Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito	Campanha realizada (Unidade)
		Capacitação e Formação dos Servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros Militar e DETRAN	Servidor capacitado (Unidade)
		Construção e Reforma das Unidades de Segurança Pública	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)
		Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores	Documentação emitida (Unidade)
		Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso	Ação de inteligência (Unidade)
		Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	Posto implantado (Unidade)
		Potencializar o Atendimento a Ocorrências	Ocorrência atendida (Unidade)
		Prevenção e Preparação para Desastres	Intervenção realizada (Unidade)
		Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre	Área reconstruída (KM quadrado)
		Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado	Sinalização horizontal e vertical implantada (Unidade)
		Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre	Pessoas vitimadas (Unidade)
		Assistência ao Policiamento Animal*	Animal apto para o policiamento (Unidade)
		Uniforme e Acessórios para o Sistema de Segurança Pública*	Policial militar uniformizado e equipado (Unidade)
		Uniformes e Acessórios para os servidores do CBMAM*	Uniformes adquiridos (Unidade)
	Operacionalização dos Programas do Plano Nacional de Segurança Pública**	Programa apoiado (Unidade)	
	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	Apoio à Justiça e aos Direitos Humanos nos Municípios	Município assistido (Unidade)
		Apoio e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor	Consumidor atendido (Unidade)
		Divulgação e Distribuição de Material Informativo ao Consumidor	Consumidor atendido (Unidade)
		Prevenção ao Uso de Drogas	Evento realizado (Unidade)
		Promoção de Ações e Eventos em Defesa dos Direitos Humanos	Cidadão atendido (Unidade)
		Recuperação e Reinserção Social de Usuários de Entorpecentes	Pessoa assistida (Unidade)
	RONDA NO BAIRRO	Ações de Segurança Pública Junto às Comunidades	Pessoa beneficiada (Unidade)
		Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança	Servidor/policial assistido (Unidade)
		Equipamentos, Viaturas e Aparelhamento do Sistema de Segurança Pública	Equipamento adquirido (Unidade)
		Mobilização Social para a Segurança Pública com	Evento realizado (Unidade)



		Cidadania Modernização das Atividades da Polícia Técnico-Científica em Perícias Criminais, Médico-Legais e Datiloscópicas Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública	Documento expedido (Unidade) Operação realizada (Unidade)
	SISTEMA PENITENCIÁRIO	Ampliação do Quadro Funcional da SEJUS Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário Implementação da Escola Penitenciária Do Estado Incentivo a Atividades Laborais Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário de Estado do Amazonas Profissionalização de Detentos e Albergados Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado	Cargo preenchido (Unidade) Unidade construída (Unidade) Unidade equipada (Unidade) Servidor capacitado (Unidade) Custodiado beneficiado (Unidade) Processo tramitado (Unidade) Apenado assistido (Unidade) Apenado profissionalizado (Unidade) Unidade reformada e ampliada (Unidade)

\* Ação originalmente pertencente ao programa Ronda No Bairro

\*\* Ação originalmente pertencente ao programa Gestão e Manutenção da Segurança Pública

#### Ações orçamentárias PPA 2016-2019 selecionadas para cálculo dos indicadores IEF e IED.

ÁREA	PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PRODUTO
SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	ATUAÇÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública	Procedimento Realizado (Unidade)
		Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico	Ação realizada (Unidade)
		Ações do Departamento de Polícia Técnico-Científica do Amazonas	Documento Expedido (Unidade) Profissional qualificado (Unidade)
		Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública	Evento Realizado (Unidade)
		Ações integradas de Segurança Pública junto à Sociedade	Unidade Estruturada (Unidade)
		Ampliação e Modernização de Serviços Técnicos	Servidor/Policial Assistido (Unidade)
		Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança	Animal apto para o policiamento (Unidade)
		Assistência ao Policiamento com Semoventes	
		Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito	Campanha realizada (Unidade)
		Construção, Reforma e Adequação do Sistema de Segurança Pública	Percentual de execução física (Percentual)
		Criação da Escola Pública de Trânsito do Estado do Amazonas	Pessoa capacitada (Unidade)
		Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores	Documentação emitida (Unidade) Veículo Operacionalizado (Unidade)
		Fortalecimento da Frota do Sistema de Segurança Pública	Ação de inteligência (Unidade)
		Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso	Posto implantado (Unidade)
		Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	Sistema Operacionalizado (Unidade)
		Modernização e Operacionalização do Sistema dos Sistemas de Informação e Telecomunicação dos Órgãos de Segurança Pública	
		Operacionalização dos programas do Plano Nacional de Segurança Pública	Programa apoiado (Unidade)

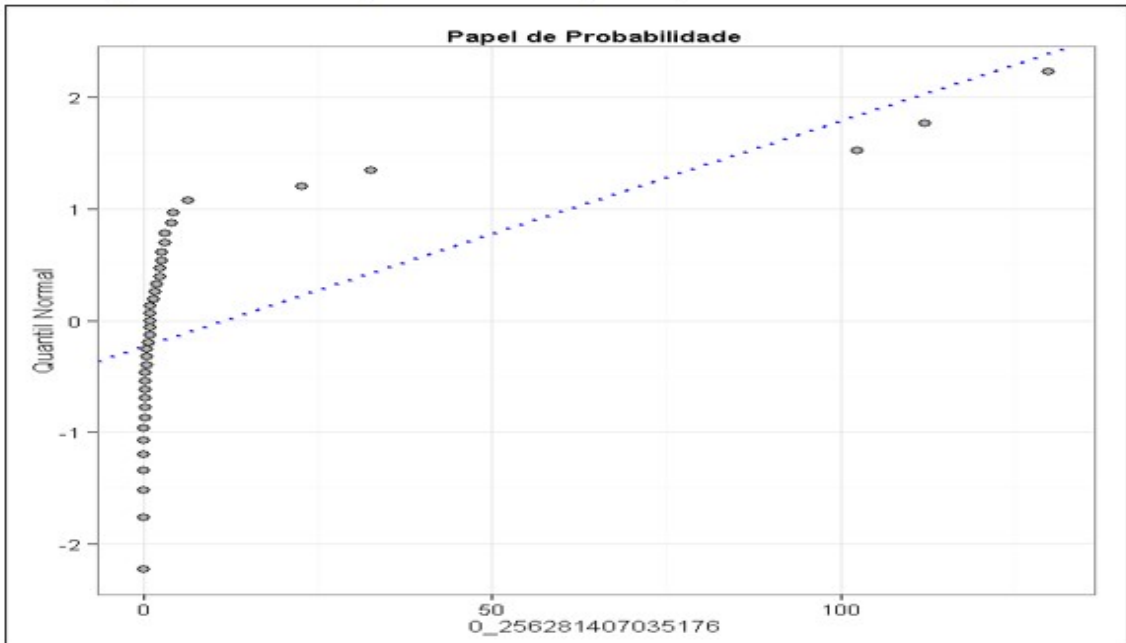
	<p>Potencializar o Atendimento a Ocorrências Prevenção e Preparação para Desastres</p> <p>Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública</p> <p>Reaparelhamento do Sistema de Segurança Pública</p> <p>Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre Uniformes e acessórios para os servidores militares do Sistema de Segurança Pública</p>	<p>Ocorrência atendida (Unidade) Intervenção realizada (Unidade) Área reconstruída (metro quadrado) Operação realizada (Unidade) Unidade Reaparelhada (Unidade) Sinalização horizontal e vertical implantada (Unidade) Família assistida (Unidade)</p> <p>Policial militar uniformizado e equipado (Unidade)</p>
PROMOÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	<p>Apoio à justiça e aos Direitos Humanos nos municípios Articulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social Construção e Aparelhamento dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres. (e de PACS A2017) Gestão e Operacionalização da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos Gestão e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor</p> <p>Gestão e Operacionalização dos Centros Socioeducativos Gestão e Operacionalização dos Serviços de Atendimento às Mulheres</p> <p>Gestão e Operacionalização dos Serviços de Cidadania Operacionalização das Ações do Fundo Antidrogas Reforma, Ampliação dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres (e PAC) A2017</p>	<p>Município assistido (Unidade) Pessoa beneficiada (Unidade) Centro Construído (Unidade) Cidadão Atendido (Unidade) Consumidor Atendido (Unidade) Adolescente e jovem atendido (Unidade) Mulher Assistida (Unidade) Atendimento Realizado (Unidade) Cidadão Beneficiado (Unidade) Centro reformado/adequado (Unidade)</p>
SISTEMA PENITENCIÁRIO	<p>Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário Implementação da Escola Penitenciária do Estado</p> <p>Incentivo às Atividades Laborais Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas</p> <p>Profissionalização de Detentos e Albergados Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado</p>	<p>Unidade Construída (Unidade) Unidade Equipada (Unidade) Servidor Capacitado (Unidade) Custodiado Beneficiado (Unidade) Processo Tramitado (Unidade)</p> <p>Apenado Assitado (Unidade) Apenado Profissionalizado (Unidade) Unidade reformada e ampliada (Unidade)</p>

## APÊNDICE C – TESTES DE NORMALIDADE DOS INDICADORES IED E IEF

### TESTES DE NORMALIDADE - IEF 2012-2019

#### Resultados da Análise

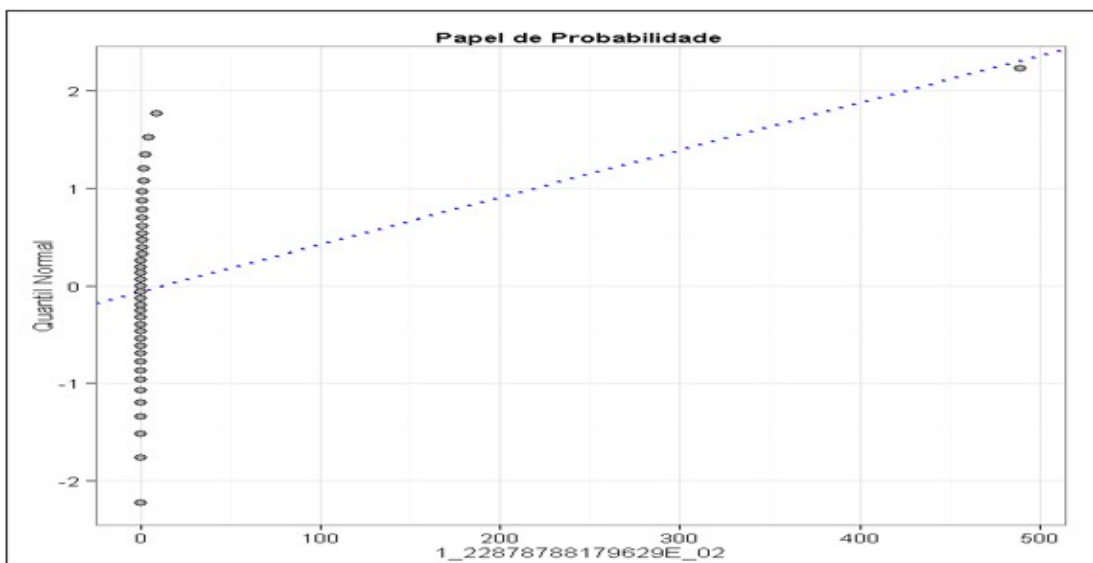
Testes de Normalidade		
Testes	Estatísticas	P-valores
Ryan - Joiner	0,625213507	0,00



### TESTES DE NORMALIDADE IED 2012-2015

#### Resultados da Análise

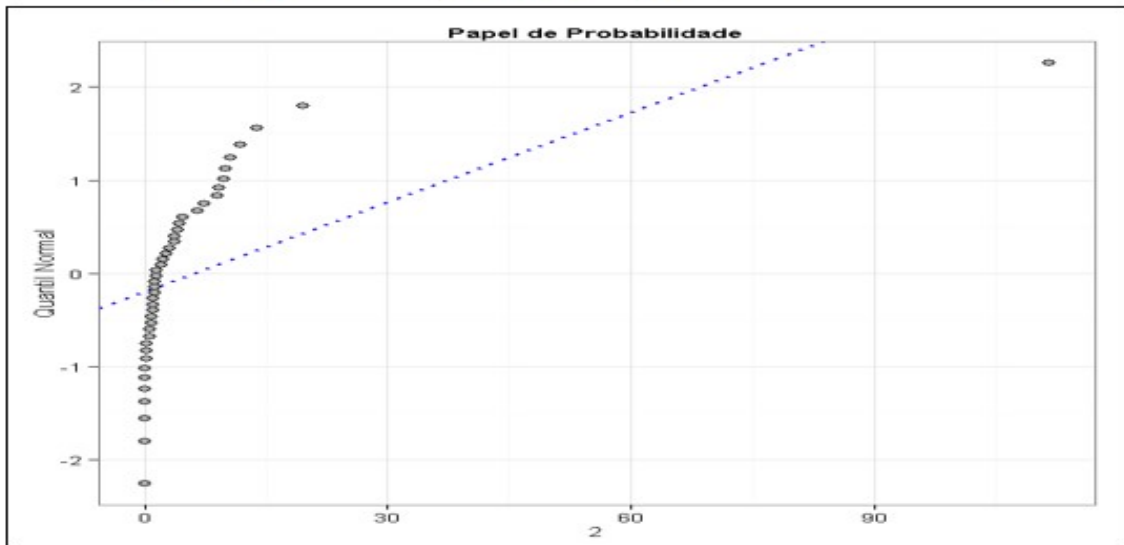
Testes de Normalidade		
Testes	Estatísticas	P-valores
Ryan - Joiner	0,374366086	0,00



### TESTE DE NORMALIDADE IEF 2016-2019

#### Resultados da Análise

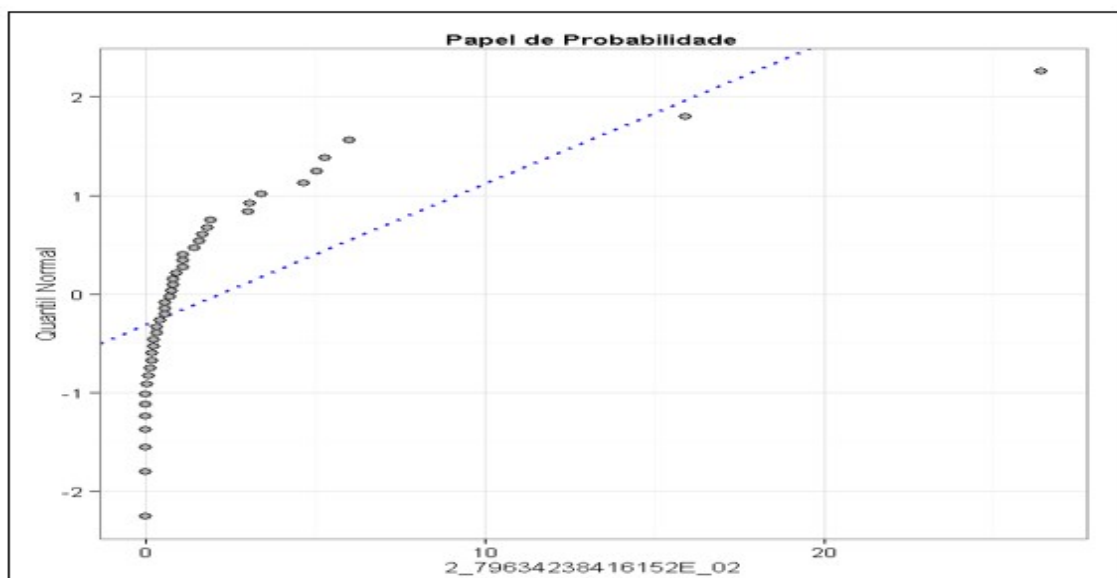
Testes de Normalidade		
Testes	Estatísticas	P-valores
Ryan - Joiner	0,551831175	0,00



### TESTES DE NORMALIDADE IED 2016-2019

#### Resultados da Análise

Testes de Normalidade		
Testes	Estatísticas	P-valores
Ryan - Joiner	0,674829125	0,00



## APÊNDICE D – IED E IEF APÓS PROCEDIMENTO DE NORMALIZAÇÃO RECOMENDADO PELO PACOTE ESTATÍSTICO BESTNORMALIZE

Indicadores IED e IEF das ações orçamentárias analisadas do PPA 2012-2015, antes e após procedimento de normalização.

PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	IEF	IED	IEF Normalizado	IED Normalizado
ATUAÇÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública	0,54	0,09	-5,00E+14	-5,61E+14
	Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico	102,50	0,58	1,87E+14	2,21E+14
	Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública	4,27	9,01	9,42E+14	1,78E+14
	Ampliação e Melhoria do Quadro de Pessoal do Sistema de Segurança Pública	0,15	0,60	-1,07E+14	2,86E+14
	Assistência ao Policiamento Animal*	3,07	0,37	7,32E+14	-1,57E+14
	Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito	2,52	2,23	5,97E+14	1,21E+14
	Capacitação e Formação dos Servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros Militar e DETRAN	3,07	0,44	7,32E+14	-3,13E+14
	Construção e Reforma das Unidades de Segurança Pública	1,58	1,64	2,56E+14	1,09E+14
	Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores	0,43	0,87	-6,33E+14	3,52E+14
	Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso	112,05	0,48	1,88E+14	9,41E+14
	Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	0,00	0,00	-1,38E+14	-1,36E+14
	Operacionalização dos Programas do Plano Nacional de Segurança Pública**	1,03	1,33	-6,15E+13	7,98E+14
	Potencializar o Atendimento a Ocorrências	0,32	4,55	-7,84E+14	1,53E+14
	Prevenção e Preparação para Desastres	0,01	1,20	-1,36E+14	6,36E+14
	Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre	0,09	0,04	-1,18E+14	-7,14E+14
	Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado	0,56	1,05	-4,78E+14	5,61E+14
	Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre	22,83	489,42	1,63E+14	2,24E+14
	Uniforme e Acessórios para o Sistema de Segurança Pública*	0,03	0,00	-1,31E+14	-1,36E+14
	Uniformes e Acessórios para os servidores do CBMAM*	0,79	0,27	-2,51E+14	-2,86E+14
	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	Apoio à Justiça e aos Direitos Humanos nos Municípios	2,75	0,00	6,57E+13
Apoio e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor		32,67	1,47	1,71E+14	8,87E+14
Divulgação e Distribuição de Material Informativo ao Consumidor		0,40	0,00	-6,72E+14	-1,36E+14
Prevenção ao Uso de Drogas		0,03	0,00	-1,31E+14	-1,36E+14
Promoção de Ações e Eventos em Defesa dos Direitos Humanos		1,45	1,26	1,92E+14	7,14E+14
Recuperação e Reinserção Social de Usuários de		1,00	0,00	-8,30E+14	-1,36E+14

	Entorpecentes				
RONDA NO BAIRRO	Ações de Segurança Pública Junto às Comunidades	4,18	0,34	9,29E+14	-2,21E+14
	Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança	1,88	0,01	3,85E+14	-8,42E+14
	Equipamentos, Viaturas e Aparelhamento do Sistema de Segurança Pública	2,74	1,49	6,55E+14	9,84E+14
	Mobilização Social para a Segurança Pública com Cidadania	0,26	0,01	-8,76E+14	-8,42E+14
	Modernização das Atividades da Polícia Técnico-Científica em Perícias Criminais, Médico-Legais e Datiloscópicas	0,95	0,45	-1,20E+14	3,13E+14
	Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública	0,21	0,50	-9,58E+14	1,57E+14
SISTEMA PENITENCIÁRIO	Ampliação do Quadro Funcional da SEJUS	0,25	0,00	-8,92E+14	-1,36E+14
	Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado	1,06	3,13	-4,04E+14	1,36E+14
	Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário	2,38	0,24	5,56E+13	-3,85E+14
	Implementação da Escola Penitenciária Do Estado	6,32	0,24	1,16E+14	-3,85E+14
	Incentivo a Atividades Laborais	0,13	0,11	-1,10E+14	-4,89E+14
	Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas	0,20	0,38	-9,75E+14	-9,41E+14
	Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário de Estado do Amazonas	129,87	1,01	1,89E+14	4,89E+14
	Profissionalização de Detentos e Albergados	0,40	0,88	-6,72E+14	4,19E+14
	Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado	1,00	0,07	-8,30E+14	-6,36E+14

**Indicadores IED e IEF das ações orçamentárias analisadas do PPA 2016-2019, antes e após procedimento de normalização.**

PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	IEF	IED	IEF Normalizado	IED Normalizado
ATUAÇÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública	6,63	0,36	9,25E+13	-4,E+14
	Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico	9,25	1,85	1,14E+13	3,E+13
	Ações do Departamento de Polícia Técnico-Científica do Amazonas	111,59	0,85	2,24E+14	-1,E+13
	Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública	3,70	3,40	5,10E+14	8,E+12
	Ações integradas de Segurança Pública junto à Sociedade	19,58	0,03	1,57E+14	-8,E+14
	Ampliação e Modernização de Serviços Técnicos	2,00	0,03	5,15E+14	-8,E+14
	Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança	13,77	0,59	1,38E+14	-3,E+14
	Assistência ao Policiamento com Semoventes	3,00	0,27	3,54E+14	-5,E+14
	Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito	1,35	6,02	-2,33E+14	1,E+14
	Construção, Reforma e Adequação do Sistema de Segurança Pública	2,21	0,93	1,26E+13	-8,E+14
	Criação da Escola Pública de Trânsito do Estado	0,00	0,00	-1,47E+14	-1,E+14

	do Amazonas				
	Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores	1,25	1,44	-2,87E+14	1,E+14
	Fortalecimento da Frota do Sistema de Segurança Pública	4,65	1,58	6,77E+14	2,E+14
	Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso	0,82	0,59	-5,61E+14	-3,E+14
	Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	3,75	15,92	5,20E+14	3,E+14
	Modernização e Operacionalização do Sistema dos Sistemas de Informação e Telecomunicação dos Órgãos de Segurança Pública	4,19	0,58	6,01E+13	-3,E+14
	Operacionalização dos programas do Plano Nacional de Segurança Pública	0,99	1,09	-4,42E+14	-7,E+14
	Potencializar o Atendimento a Ocorrências	0,92	1,13	-4,89E+14	1,E+14
	Prevenção e Preparação para Desastres	10,00	0,82	1,19E+14	-1,E+14
	Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre	0,04	1,96	-1,40E+14	3,E+14
	Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública	7,28	5,07	9,87E+14	1,E+14
	Reaparelhamento do Sistema de Segurança Pública	2,17	4,69	1,12E+14	1,E+14
	Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado	0,23	0,19	-1,13E+14	-6,E+14
	Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre	9,81	5,30	1,18E+13	1,E+14
	Uniformes e acessórios para os servidores militares do Sistema de Segurança Pública	11,83	1,70	1,29E+14	2,E+14
PROMOÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Apoio à justiça e aos Direitos Humanos nos municípios	0,20	3,04	-1,17E+14	7,E+14
	Articulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social	0,04	26,42	-1,40E+14	4,E+14
	Construção e Aparelhamento dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres. (e de PACS A2017)	0,05	0,00	-1,38E+14	-1,E+14
	Gestão e Operacionalização da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	1,49	0,12	-1,63E+14	-7,E+14
	Gestão e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor	10,70	1,13	1,23E+14	1,E+14
	Gestão e Operacionalização dos Centros Socioeducativos	1,15	0,72	-3,43E+14	-2,E+14
	Gestão e Operacionalização dos Serviços de Atendimento às Mulheres	8,98	0,23	1,12E+14	-5,E+14
	Gestão e Operacionalização dos Serviços de Cidadania	4,22	0,36	6,07E+14	-4,E+14
	Operacionalização das Ações do Fundo Antidrogas	0,00	0,00	-1,47E+14	-1,E+14
	Reforma, Ampliação dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres (e PAC) A2017	0,00	0,00	-1,47E+14	-1,E+14

SISTEMA PENITENCIÁRIO	Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado	0,08	0,79	-1,34E+14	-2,E+13
	Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário	1,33	3,10	-2,43E+14	7,E+14
	Implementação da Escola Penitenciária do Estado	1,45	0,05	-1,83E+14	-8,E+14
	Incentivo às Atividades Laborais	0,20	0,00	-1,17E+14	-1,E+14
	Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas	2,78	0,00	2,97E+14	-1,E+14
	Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas	0,96	0,17	-4,62E+14	-6,E+13
	Profissionalização de Detentos e Albergados	0,63	0,42	-7,12E+14	-4,E+14
	Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado	0,75	0,18	-6,14E+14	-6,E+14